

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
RIO CLARO - SP**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E
TECNOLOGIAS**

**A GESTÃO PÚBLICA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO:
a bola não deve entrar por acaso**

CLÁUDIO GOMES BARBOSA

**RIO CLARO
2017**

CLÁUDIO GOMES BARBOSA

**A GESTÃO PÚBLICA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO:
a bola não deve entrar por acaso**

Tese apresentada para o Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor no Programa de Desenvolvimento Humano e Tecnologias (Área de Tecnologias e Desempenho Humano).

Orientador: AFONSO ANTONIO MACHADO

**RIO CLARO
2017**

796.06 Barbosa, Cláudio Gomes
B238g A gestão pública do esporte universitário brasileiro: a bola
 não deve entrar por acaso / Cláudio Gomes Barbosa. - Rio
 Claro, 2017
 95 f. : il., figs., gráfs., quadros

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
 Instituto de Biociências de Rio Claro
 Orientador: Afonso Antonio Machado

 1. Esportes - Administração. 2. Desenvolvimento humano.
 3. Tecnologias. 4. Gestão esportiva. I. Título.

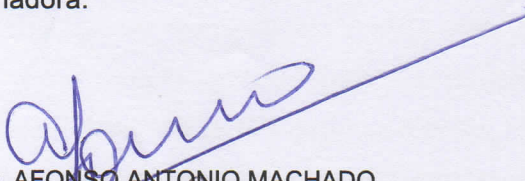
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

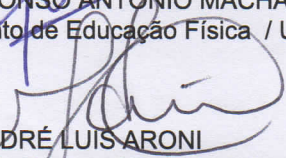
TÍTULO DA TESE: A GESTÃO PÚBLICA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO: a bola não deve entrar por acaso

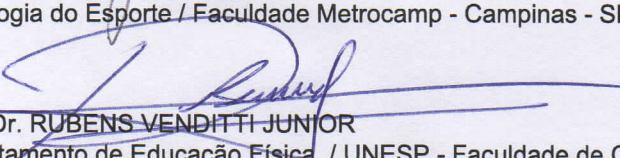
AUTOR: CLÁUDIO GOMES BARBOSA

ORIENTADOR: AFONSO ANTONIO MACHADO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em DESENVOLVIMENTO HUMANO E TECNOLOGIAS, área: TECNOLOGIAS NAS DINÂMICAS CORPORAIS pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. AFONSO ANTONIO MACHADO
Departamento de Educação Física / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP


Prof. Dr. ANDRÉ LUIS ARONI
Psicologia do Esporte / Faculdade Metrocamp - Campinas - SP


Prof. Dr. RUBENS VENDITTI JUNIOR
Departamento de Educação Física / UNESP - Faculdade de Ciências de Bauru - SP

Prof. Dr. HUGO ALEXANDRE DE PAULA SANTANA
Centro de Ciências Humanas e Sociais / Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - MS

Prof. Dr. ALTAIR MOIOLI
Educação Física / UNIP - Centro Universitário de Rio Preto - SP

Rio Claro, 05 de setembro de 2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho e tudo que tenho conquistado em minha vida a minha querida Avó Judite Benvinda de Carvalho que tanto me ensinou o sentido de humildade, trabalho e honestidade nesta vida e que hoje olha por nós em outro plano.

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas merecem agradecimentos pela conclusão de mais esta etapa em minha vida que finalmente completo. Pessoas estas que de certa forma influenciaram a minha vinda para Rio Claro para iniciar o mestrado e me deu força durante o processo de elaboração, planejamento e execução do doutorado conciliado com o trabalho e desafios de um servidor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Hoje me considero uma pessoa de muita sorte por ter feito amizades verdadeiras aqui em Rio Claro e por isso me considero membro de duas famílias: a mineira e a paulista. Portanto, gostaria de agradecer a minha *família mineira*, pai, mãe, vó e irmão pela força, dedicação e cuidados em cada viagem realizada para dar andamento aos meus estudos.

Finalmente a minha *família paulista do LEPESPE* que de certa forma me acolheram como um irmão, facilitando a minha adaptação em terras paulistas, me surpreendendo em vários momentos e hoje sinto que farão parte de minha vida mesmo após esta etapa. Com certeza encontrei aqui no LEPESPE um ambiente cheio de loucos sensatos e é esta contradição que faz com que sejamos únicos dentro da UNESP. Além do LEPESPE não poderia deixar de agradecer ao pessoal da República Garotinhos, ou parte dela, que me acompanhou e acolheu em minhas idas e vindas para Rio Claro.

Aos meus amigos de Uberlândia, amigos estes com quase duas décadas de convívio, irmãos que sempre me deram força para qualquer escolha. Eles sabem que este doutorado foi um desafio em virtude de minha rotina conturbada de viagens, reuniões e metas a cumprir como Diretor da UFU,

Queria agradecer imensamente ao Professor Afonso, novamente e confiança pela oportunidade de me aceitar no doutorado e que além de orientador “desorientador” considero mais do que nunca como um pai, um amigo para mim aqui em Rio Claro e por toda a minha vida. Sem seus direcionamentos, piadas, loucuras, reclamações e consultas a entidades divinas esse caminho até aqui não teria sido tão suave como foi. Enfim, esta pessoa foi parte fundamental em toda minha pós-graduação, desde 2012, que nos colocava no eixo, tirava do eixo e colocava novamente.

Agradeço também aos professores que fizeram parte da banca pela disponibilidade, pelos direcionamentos e apontamentos em meu projeto. Enfim obrigado a todos por tudo.

“Gerar uma cultura de esporte e lazer se torna um elemento inevitável na formação do universitário para promover o desenvolvimento de valores como a honestidade, a lealdade, o auto-cuidado, disciplina, auto-aperfeiçoamento, trabalho em equipe, respeito, uso inteligente de lazer e senso de identidade com a sua instituição (pertencimento), com seu estado e com seu país.” - Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

RESUMO

O esporte universitário, bem como a área de gestão esportiva são nichos de altíssimo potencial de crescimento no Brasil. Entretanto, por diversos motivos, possuem pouca expressão e quando se discute suas prioridades no ensino superior público isto se potencializa. Percebe-se que, para um melhor planejamento e execução dos projetos esportivos voltados para o meio universitário é estritamente necessário um diagnóstico de todos os fatores envolvidos na gestão do esporte universitário no Brasil. Neste sentido, esta tese teve como objetivo geral descobrir qual a situação atual do esporte nas Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil e traçar um panorama preciso visando direcionar futuras políticas públicas e ações para o crescimento deste setor. Esta pesquisa, quanti-qualitativa e de caráter descritivo, foi realizada utilizando o método netnográfico. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se o Inventário de Mapeamento da Gestão Pública - Esporte Universitário (IMGP-EU), um questionário misto (perguntas objetivas e subjetivas) e estruturado em seis eixos temáticos criado exclusivamente para esta pesquisa. Foram pesquisadas seis Universidades Públicas Federais, sendo pelo menos uma de cada região do Brasil. O IMGP-EU foi enviado ao principal gestor diretamente ligado ao esporte de cada instituição. As respostas subjetivas foram categorizadas de acordo com a Análise de Conteúdo, e as respostas objetivas foram apresentadas por meio de gráficos e quadros explicativos usando estatística simples. Os resultados foram apresentados em 4 temáticas diferentes e ao final foi feito uma síntese de todo o conteúdo recolhido. Como conclusões entendemos que os gestores possuem características bem distintas entre si no que diz respeito à idade, ao cargo ocupado e ao nível de escolaridade. As Universidades pesquisadas são de grande porte, multicampi e em geral possuem mais de 20000 alunos. A maioria dos gestores afirmou ter uma estrutura adequada para a realização dos projetos, porém, com pouca disponibilidade de horários, visto que o mesmo espaço também é usado para outros fins. Como era esperado, não existe um modelo de gestão padrão, do qual resulta uma indefinição quanto ao real papel do esporte na universidade: Extensão ou Assistência Estudantil. Esta indefinição atrapalha quando se pensa no aspecto financeiro, pois não fica claro qual a fonte de recursos para este fim. Em virtude deste fato, o orçamento anual entre as instituições varia muito. A maioria dos projetos realizados são voltados para o esporte-participação, contudo, o foco maior verifica-se no esporte-desempenho, por meio da realização de torneios e da participação em eventos do calendário oficial da Confederação Brasileira de Desporto Universitário. Nas considerações finais foi apresentado um panorama geral dos 15 principais temas que permeiam a reformulação do esporte universitário no Brasil bem como soluções em curto prazo e soluções definitivas. Com isso será possível dar um primeiro passo na reformulação da gestão do esporte universitário no Brasil. Entende-se, portanto que esta tese atingiu os resultados esperados.

ABSTRACT

College sports as well as sports management are areas with high potential for expansion in Brazil, however, for various reasons they have little expression and when discussing their priorities in Public College Education this is strengthened. It is perceived as necessary a diagnosis of all the factors involved on the management of college sports in Brazil for a better planning and execution of sports projects related the University environment. Therefore, this thesis general purpose is to find out the current sports situation in Public College Education Institutions in Brazil and to draw a precise panorama seeking future public policies and actions for the growth of this area. This qualitative and quantitative research with descriptive characteristics was carried out using the netnographic method. As a data collection instrument, it was used the Inventário de Mapeamento da Gestão Pública - Esporte Universitário (IMGP-EU), a mixed questionnaire (objective and subjective questions) structured in six thematic axes created exclusively for this research. Six Federal Universities were researched, arising at least one from each of Brazil's country regions. The IMGP-EU was sent to the main manager directly linked to the sports area of each institution. The subjective answers were selected according to the content analysis and the objective answers were presented through graphics and explanatory charts using simple statistics. The results were presented in four different themes and at the end all collected content was summarized. As conclusions, we understand that managers have very different characteristics regarding their age, position and level of education. The Universities surveyed are huge, multicampus and generally have more than 20,000 students. Most managers stated that they have a suitable structure for the accomplishment of the projects, however, with little schedule availability, since the same space is also used for other purposes. As expected, there is no standard management model and no definition of the real role of sports in Public College Education: if it is considered an "Extension" or "Student Assistance". This lack of definition creates difficulties when the financial aspect is taken into account because it is unclear what is the source of resources for this purpose. As a result, the annual public budget transferred to the researched Institutions varies greatly. Most of the projects carried out are aimed towards sports-participation, however the main focus is on sports-performance through tournaments and participation in events of the official calendar of the Confederação Brasileira de Desporto Universitário. In the final considerations, an overview was presented of the 15 main themes that permeate the reformulation of college sports in Brazil as well as short term solutions and final solutions. Therefore it is understood that this thesis has achieved the expected results.

LISTA DE SIGLAS

AAA: Associação Atlética Acadêmica

CBDU: Confederação Brasileira de Desporto Universitário

CPB: Comitê Paralímpico Brasileiro

FISU: Federação Internacional de Esporte Universitário

IMGP-EU: Inventário de Mapeamento da Gestão Pública - Esporte Universitário

FUME: Federação Universitária Mineira de Esportes

GE: Gestor Esportivo

GD: Gestor Discente

GI: Gestor Institucional

ME: Ministério do Esporte

IES: Instituição de Ensino Superior

JUB'S: Jogos Universitários Brasileiros

LDU: Liga do Desporto Universitário

IES: Instituição de Ensino Superior

FUE: Federação Universitária Estadual

PNAES: Plano Nacional de Assistência Estudantil

MEC: Ministério da Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS	15
2.1 OBJETIVO GERAL.....	15
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
3. JUSTIFICATIVA	16
4. REVISÃO DE LITERATURA.....	17
4.1 PREMISSAS SOBRE O ESPORTE UNIVERSITÁRIO	17
4.2 PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DE ESPORTE UNIVERSITÁRIO	18
4.3 RECORTE HISTÓRICO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL.....	18
4.4 GESTÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL	20
4.5 LEGISLAÇÃO E FORMA DE PRÁTICA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL	24
4.6 FINANCIAMENTO ESPORTIVO FEDERAL	28
4.7 ESPORTE UNIVERSITÁRIO: EXTENSÃO OU ASSISTENCIA ESTUDANTIL.....	29
4.8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL..	30
4.9 FÉDÉRATION INTERNATIONALE DU SPORT UNIVERSITAIRE (FISU)	31
4.10 CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO UNIVERSITÁRIO (CBDU)	32
4.11 FEDERAÇÕES UNIVERSITÁRIAS ESTADUAIS (FUE's)	33
4.12 EVENTOS ESPORTIVOS NACIONAIS OFICIAIS	33
4.13 ESPORTE UNIVERSITÁRIO EM PORTUGAL: MODELO E CARACTERÍSTICAS	34
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
5.1 MÉTODO DE PESQUISA.....	38
5.2 PARTICIPANTES	39
5.3 E-MEC.....	42
5.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA	43
5.5 PROCEDIMENTOS.....	45
5.6 ANÁLISE DOS DADOS	47
ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS	47
ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS	47
6. PESQUISA EXPLORATÓRIA 01	49
6.1 NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO E DESEMPENHO ENTRE UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NOS JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS	49
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
PARTE 1: INFORMAÇÕES SOBRE A UFES E ESTRUTURA FÍSICA	55
PARTE 2: CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DO ESPORTE NA IES	59

PARTE 03: VERBAS E FORMAS DE FINANCIAMENTO PARA O ESPORTE	65
PARTE 04: PROJETOS ESPORTIVOS DESENVOLVIDOS.....	67
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
10. ANEXOS	82
ANEXO 01 – APRESENTAÇÃO PARA ANÁLISE DO INVENTÁRIO IMGP-EU.....	82
ANEXO 02 – VERSÃO FINAL DO INVENTÁRIO IMGP-EU	85

1. INTRODUÇÃO

A realização de diversos Megaeventos Esportivos no Brasil (Jogos Mundiais Militares em 2011, Copa do Mundo em 2014, Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016) nesta “década de ouro” (2010-2020) para o esporte brasileiro, causou muitos investimentos em mobilidade urbana, aeroportos, hotelaria, serviços em geral e infraestrutura esportiva, com a construção e reforma de estádios (renomeados agora como Arenas), ginásios e centros de treinamento. Devido ao foco na organização de eventos esportivos no Brasil, Rocha e Bastos (2011) apontam que a gestão do esporte sofrerá um impacto positivo no aumento do número de publicações e pesquisas referentes à área.

Além dos legados físicos e financeiros, positivos ou negativos, que serão deixados pelo aumento do investimento público na realização destes Megaeventos e na preparação de atletas e equipes do Brasil nesta década, é necessário focar nas pessoas que farão a gestão das praças esportivas e dos centros de treinamentos em todos os níveis, desde o esporte educacional (escolar e universitário) até o esporte de desempenho (iniciação esportiva e clubes).

Esta tese focou em um eixo esportivo com alto potencial de crescimento no Brasil. Regulamentado pela primeira vez pelo Presidente Getúlio Vargas em 1941, o Esporte Universitário sofreu diversas mudanças em seu foco como esporte de desempenho e como esporte educacional no Brasil, e tem sua importância, finalidade e foco reconhecidos em diversos países do mundo. Entretanto, apesar de estarmos vivendo esta “década de ouro” para o esporte brasileiro, este segmento ainda sofre com pouco investimento, contradições na sua forma de gestão, objetivos e realidades distintas de competições e condições de formar equipes competitivas, desde as federações até os principais envolvidos: as Instituições de Ensino Superior (IES) que são a base e o motivo pelo qual este segmento existe.

Como já afirmado, o esporte universitário tem sua importância reconhecida em diversos países do mundo e é visto dentro da comunidade acadêmica, até então, como uma atividade extracurricular importante, que influencia diretamente o desenvolvimento global e a formação integral dos estudantes durante o período de vivência do ensino superior.

O surgimento deste segmento esportivo no mundo se deu por meio de ações isoladas e autônomas que partiram dos próprios estudantes. Em síntese, seu processo

histórico pode ser dividido em 3 etapas. Na primeira etapa, as manifestações surgiram com a prática de alguns jogos realizados após a fundação das universidades italianas mais antigas que datam do século XVIII; no segundo momento, que decorre no século XIX, destaca-se pelas primeiras competições esportivas na Inglaterra entre as universidades de Cambridge e Oxford; o terceiro, demarcado no início do século XX, se concretiza com a internacionalização das competições e a criação das primeiras confederações e federações universitárias, que Parente (2011) considera como a institucionalização do desporto estudantil. Mais detalhes sobre este processo histórico foi descrito na revisão de literatura.

No Brasil, as características do surgimento do esporte universitário possuem algumas similaridades com o resto do mundo, também dividido em etapas de acordo com seu momento político e histórico. As primeiras manifestações, datadas no final do século XIX, se deram de forma autônoma, com eventos realizados entre o Colégio Mackenzie (São Paulo-SP) e a Faculdade de Medicina e Cirurgia (Rio de Janeiro - RJ) sem a participação do estado (STAREPRAVO et al. 2010)

Conceituando este eixo esportivo, de acordo com Veloso (2005), o desporto universitário nada mais é do que qualquer prática de esporte seja ela voltada para o lazer (participação), educação ou desempenho, praticado por alunos de graduação ou pós-graduação dentro da IES.

Em alguns países, seu foco principal pode ser diferente. Por exemplo, nos Estados Unidos, onde o eixo mais representativo de esporte universitário é o esporte de desempenho, que é descrito como aquele praticado segundo regras gerais do esporte, nacionais e internacionais, de forma seletiva, com a finalidade de obter resultado.

Segundo Parente (2011), esse modelo americano possui uma extrema relação com a “experiência educativa do estudante” e tem uma enorme popularidade, cobertura da mídia e dimensão social. Já em países da Europa, como Portugal, segundo Veloso (2005), as primeiras experiências de torneios esportivos universitários tinham como foco central a integração e confraternização entre os estudantes, além de serem práticas amadoras.

De acordo com a cultura esportiva do país, a finalidade do esporte universitário pode variar. Podemos encontrar países que o tem como peça fundamental na formação de atletas para o alto rendimento, e países em que sua função é a formação integral, tanto físico quanto mental, do sujeito como ser humano. Para Parente (2011), as

atividades desportivas no ambiente universitário promovem positivamente a integração acadêmica e o sucesso escolar para os estudantes.

Enfim, pode-se considerar que o desporto universitário é um dos segmentos esportivos que possui importância reconhecida, um alto potencial de crescimento e características únicas, que sofreu e ainda sofre influências históricas, sociais e culturais.

Segundo Mazzei e Bastos (2012), no Brasil este segmento possui um público diversificado com alto interesse, porém, devido a poucos investimentos e gestões amadoras, o esporte universitário se vê em torno de competições esvaziadas, desorganização e pouco interesse pela mídia.

A organização do esporte universitário ocorre de forma piramidal, como foi explicado de forma detalhada na revisão de literatura, onde a entidade responsável pela sua prática é a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Abaixo dela existem as Federações Universitárias Estaduais (FUE) que regem e são responsáveis pelo esporte universitário em seu estado. Na base dessa pirâmide estão as IES que são o motivo pela existência de toda essa estrutura. Sem um financiamento adequado e capacitação dos seus gestores para a promoção de projetos esportivos aos estudantes e manutenção dos espaços físicos, este sistema perde forças e competitividade.

O **primeiro problema**, mais evidente depois de uma breve síntese sobre o Esporte Universitário no Brasil, refere-se a sua real definição e objetivos quanto a sua prática. Portanto, surge um questionamento: dentro das IES brasileiras, a prática de esportes pelos acadêmicos é definida como Esporte-Educacional (aprendizado de alguma modalidade), Esporte-Desempenho (treinamento periodizado priorizando a seletividade) ou Esporte-Participação (prática esportiva livre visando o lazer e a integração entre os alunos)? Enfim, uma das particularidades deste eixo esportivo é que suas três formas de atuação podem ser encontradas nas universidades.

Atualmente, não existe uma política pública no Brasil que defina para as IES o seu planejamento, objetivos, diretrizes e formas de financiamento para o esporte universitário. Caracteriza-se, portanto um **segundo problema**: a falta de uma política pública que dê embasamento para o crescimento organizado deste eixo esportivo.

O Ministério da Educação (MEC) possui sete Categorias Administrativas (Pública Municipal, Pública Federal, Pública Estadual, Privada sem fins lucrativos, Privada com fins lucrativos, Privada beneficente e Especial) e quatro Organizações Acadêmicas (Faculdade, Centro Universitário, Institutos Federais e Universidades) responsáveis pelas IES. Segundo o sistema E-MEC (2016), que é a base de dados oficial

de informações no Brasil referente às IES, existem cerca de sessenta e três instituições em todos o país, com Organização Acadêmica denominada *Universidade* e com Categoria Administrativa *Pública Federal*. Já as instituições denominadas *Universidades Privadas* existem cerca de sessenta e sete (sem fins lucrativos) e vinte (com fins lucrativos).

Nesta tese, foram investigadas somente as *Universidades Públicas Federais* para entendermos o perfil dos gestores esportivos, qual o modelo de gestão adotado, as características das IES, sua estrutura física para o esporte, formas de financiamento e projetos esportivos desenvolvidos. Portanto, o objetivo deste trabalho é mapear e caracterizar os modelos de gestão do esporte nas IES, para que seja possível traçar medidas que visem a melhora dos gastos públicos e a implantação de uma política única para o esporte universitário neste tipo de IES.

No Brasil existem dois tipos diferentes de IES (públicas e privadas) que buscam executar similarmente projetos esportivos, entretanto, com regras e modelos de gestão diferentes. Isto remete a um **terceiro problema**, que evidencia de forma clara a diferença de competitividade entre IES Públicas e Privadas.

Estas IES buscam viabilizar um melhor rendimento para suas equipes, e participam dos mesmos campeonatos universitários oficiais ofertados pela CBDU. Contudo, internamente, encontramos um cenário bastante peculiar que afeta diretamente o desempenho e a qualidade dos atletas em cada IES: a forma de ingresso de estudantes, níveis de desempenho, estrutura física e financiamentos, ou seja, as IES possuem características distintas. Os campeonatos esportivos universitários oficiais praticados no Brasil não levam em consideração que o nosso país possui IES com características tão distintas, e que, portanto, não deveriam estar inseridas em um mesmo evento esportivo. Isto causa jogos pouco atrativos, sem equilíbrio e com pouca visibilidade, o que acarreta na falta de motivação para se investir no esporte dentro das universidades.

Existem diferenças primordiais entre as Universidades que afetam o nível de desempenho entre as equipes, como diferença na forma de ingresso dos alunos nas universidades públicas e privadas. Enquanto a primeira tem seu processo de ingresso fechado, por meio de vestibulares, sem possibilidade de facilitação ou apoio na entrada de atletas, a segunda tem todas as condições de dar apoio aos atletas na intenção de convencê-lo a ingressar na IES e de “vestir a camisa” de sua universidade, uma questão de publicidade e busca de melhores resultados dentro de quadra, somente dentro de quadra. Isto seria correto se não se tratasse de esporte universitário. Como os processos

de seleção e entrada dos alunos nas IES são diferentes, isso inviabilizaria a participação das IES (públicas e privadas) em um mesmo campeonato.

Além da falta de finalidades e política pública clara, estrutura, investimento e diferentes níveis de competitividades, pode-se destacar um **quarto problema**: a diversidade e nível de profissionalismo dos modelos de gestão que podem ser encontrados dentro das IES.

Em uma pesquisa realizada em 10 universidades mineiras (BARBOSA, 2014), identificou-se que o maior problema não é o espaço físico para a prática dos treinamentos. Os gestores entrevistados no geral consideram que suas estruturas são satisfatórias, porém, ainda temos situações graves, sem estrutura mínima para a realização dos projetos. O que se percebe nestes casos é que a falta de incentivo ao esporte por parte da administração da IES pode acontecer em virtude dos modelos de gestão esportiva que ainda seguem a legislação da época de Getúlio Vargas, que em 1941, instituiu as Associações Atléticas Acadêmicas (AAA) como responsáveis pelos projetos esportivos nas IES. O papel do aluno não é captar recursos, organizar e divulgar o esporte na universidade, e sim mobilizar e participar dos projetos executados por um setor profissionalizado ligado a administração.

Ainda sobre este estudo, das dez universidades analisadas em MG somente três possuíam o modelo de gestão institucionalizado (setores esportivos com profissionais concursados ou contratados), e são universidades públicas. Ou seja, a grande maioria ainda depende do trabalho voluntário das AAA que, além de tudo, são abarcadas pela falta de prestígio e recursos perante sua administração superior. Segundo Rios (2015),

As AAA's devem ser apoiadas e incentivadas pela diretoria de esporte das IES, pois, é por meio do associativismo estudantil que os alunos aprendem a trabalhar em equipe e podem fazer uma ampla rede de contatos para seu futuro profissional (RIOS, 2015, p. 97)

Existem duas realidades de competições bem distintas encontradas no cenário esportivo universitário: a primeira, considerada oficial, é contemplada por competições organizadas pelas FUE's ligadas a CBDU. Estas competições, realizadas em caráter estadual, regional e nacional tem como participantes as universidades filiadas nas IES (públicas e privadas). A segunda realidade encontrada no Brasil refere-se aos eventos esportivos organizados por Ligas Privadas representadas pelas AAA, em sua maior parte no estado de São Paulo. Estas competições têm como participantes AAA de cursos

específicos ou da universidade em geral e sempre são acompanhadas pela realização de festas de integração.

Dentro de um cenário de dificuldades e necessidade de mudanças é necessário que tenhamos uma noção da realidade atual para traçar novos rumos para o esporte universitário. Segundo Januário, Sarmiento, Carvalho (2009), existe uma necessidade de as instituições serem mais criativas e inovadoras, seja quanto aos objetivos ou gestão, seja na definição de novas políticas e estratégias visando “uma mudança nas pessoas e na sociedade”.

Curado (2006) apud Parente (2011) também destaca que existe a necessidade de inovar na organização e na forma de intervenção na gestão do esporte. Essa é uma das medidas mais importantes para se vislumbrar uma prática esportiva que alcance resultados a longo, médio e curto prazo.

Gomes (2013) aponta os principais problemas que justificam a dificuldade de ascensão do esporte universitário no Brasil:

É possível especular e apontar algumas causas potenciais para a inserção do atleta no esporte de alto rendimento: inconsistência na legislação, a falta de política governamental específica para o esporte, carência de investimento na formação de base, ausência de estrutura física adequada, deficiência de capacidade gestora, inadequação dos currículos escolares, por não privilegiarem a prática esportiva e, possivelmente, falhas na preparação dos recursos humanos para traçar metas e alcançar objetivos na esfera esportiva. Além disso, as carências evidenciadas em estudos funcionam como cerceadores do desenvolvimento esportivo. (GOMES, 2013)

Como base para esta tese e referencial prático da realidade das competições de esporte universitário “oficial” no Brasil, foi realizada uma pesquisa exploratória, com enfoque no nível de desempenho e participação das IES Públicas no JUB’s (2013, 2014 e 2015), cujos dados serão apresentados logo após o capítulo sobre a Revisão de Literatura.

Portanto, esta tese está estruturada da seguinte forma: primeiro apresento os objetivos e justificativas para a realização deste estudo. Em sequência, a revisão de literatura segue uma lógica de partir de um contexto mais amplo do esporte universitário focando nas premissas deste eixo temático, partindo para os desdobramentos do contexto histórico nas esferas nacionais e internacionais deste movimento esportivo universitário. A partir daí, o foco deste capítulo volta-se para a gestão do esporte universitário e consequentemente a legislação vigente que rege todo esse ambiente esportivo no Brasil. Nesta parte da revisão de literatura será dada ao leitor toda a base referencial para diversas questões discutidas nos resultados deste trabalho.

Em sequência, o foco da revisão de literatura parte para a organização estrutural do esporte universitário no Brasil descrevendo suas rotinas, órgãos de gestão, organograma etc, e com o intuito de traçar um paralelo a nível internacional escolheu a gestão do esporte universitário de Portugal. Foi escolhido este país, em virtude de sua importância no contexto europeu e por possuir um modelo semelhante com o aplicado no Brasil.

Como podemos observar no trabalho de Ferreira (2007) que realizou um estudo comparativo das políticas públicas nacionais para o esporte de diversos países, Portugal é o país que mais se assemelha com o Brasil no que diz respeito aos cinco elementos principais que compõem os sistemas esportivos nacionais. O quadro 01, mostra a comparação entre os países e como Brasil e Portugal têm ambientes parecidos:

Elementos	Comparação dos sistemas esportivos nacionais
Organização esportiva e participação do estado	Participação alta: 5 países (Austrália, China, Cuba, França e Rússia); Participação média/alta: 2 países (Alemanha e Espanha); Participação média: 2 países (Brasil e Portugal); Participação baixa: 1 país (Estados Unidos)
Participação da ciência do esporte	Participação alta: 4 países (Alemanha, Austrália, China e Rússia); Participação média/alta: 3 países (Cuba, Estados Unidos e França); Participação média/baixa: 3 países (Brasil, Espanha e Portugal)
Participação do sistema educacional	Participação alta: 5 países (Austrália, China, Cuba, Estados Unidos e Rússia); Participação média/alta: 2 países (Alemanha e França); Participação média: 1 país (Espanha); Participação média/baixa: 2 países (Brasil e Portugal)
Sistema de apoios	Apoios altos: 4 países (Alemanha, Austrália, China e Estados Unidos); Apoios médio/altos: 4 países (Cuba, Espanha, França e Rússia); Apoios médios: 1 país (Portugal) Apoios médio/baixos: 1 país (Brasil)
Infra-estruturas e recursos materiais disponíveis	Alto padrão: 4 países (Alemanha, Austrália, China e Estados Unidos), Padrão médio/alto: 3 países (Espanha, França e Rússia), Padrão médio: 3 países (Brasil, Cuba e Portugal)

Quadro 01: Comparação dos elementos principais que integram os sistemas esportivos nacionais pesquisados (FERREIRA, 2007)

O objetivo desta tese não é comparar ou descrever modelos ideais de esporte universitário, pois, isso direcionaria para uma discussão ampla sobre as políticas públicas para o esporte de rendimento. Portugal foi escolhido por ter um modelo parecido com o Brasil e ter relativo sucesso nas competições europeias.

Quando se fala em esporte em nível internacional remete-se logo ao modelo americano, que hoje é o modelo mais desenvolvido e que gera maior lucro em virtude da importância dada pelas grandes empresas de televisão e pelo modelo de descoberta de talentos que foca no esporte educacional como base.

A partir deste ponto de vista, optou-se, neste momento, por não realizar comparações do modelo americano com o brasileiro, pois a diferença entre eles está

centrada mais numa cultura da política americana para esporte do que na forma de gestão em si. Segundo Ferreira (2007):

Os Estados Unidos é a única nação de todos os países pesquisados que não possui um órgão máximo esportivo governamental voltado para o esporte de alto rendimento. Esta função é assumida pelo Comité Olímpico Americano (USOC). De uma forma geral, o estado desempenha um papel muito pouco relevante e o financiamento resulta maioritariamente de patrocínios e doações da iniciativa privada através de uma lei de isenção de impostos que data de 1950 (FERREIRA, 2007).

Após apresentado todo o aporte teórico do trabalho descrevemos os procedimentos metodológicos e em seguida a parte final do trabalho com os resultados e discussão e as considerações finais.

Com o objetivo de facilitar o entendimento dos problemas relatados neste estudo para o leitor, foi realizada uma pesquisa exploratória que explica didaticamente a realidade das IES Públicas nos eventos esportivos universitários no que se refere em nível de participação e rendimento.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar um panorama geral do modelo de gestão esportiva adotado pelas IES públicas do Brasil.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Conhecer e classificar os profissionais responsáveis pela gestão do esporte nas Universidades Federais.
2. Descrever os modelos de gestão esportiva adotados nas Universidades Federais;
3. Examinar e classificar as ofertas de atividades esportivas nas universidades federais (projetos).
4. Identificar e analisar os espaços físicos disponíveis para a prática esportiva nas universidades federais (infraestrutura)
5. Levantar as principais formas de financiamento para os projetos esportivos nas universidades federais.

3. JUSTIFICATIVA

Inicialmente, o interesse para o estudo da gestão pública do esporte universitário no Brasil se deu em virtude do envolvimento com esta temática e devido ao trabalho como técnico esportivo de uma Universidade Federal há oito anos coordenando e acompanhando equipes esportivas em torneios universitários estaduais e nacionais.

Minha experiência nesta área mostrou o quão estamos atrasados, em nível de gestão nas Universidades Federais, em virtude do cenário sem reconhecimento perante a administração, sem uma uniformidade legislativa entre as instituições com uma diversidade de intervenções que indica a falta de organização deste setor. Não pelos seus funcionários somente, mas sim pela falta de uma política pública norteadora de finalidades, objetivos e formas de financiamento.

Azevedo (2008) enumera diversos problemas enfrentados pelos dirigentes do esporte universitário no Brasil: Falta de uma política efetiva para o desenvolvimento do esporte universitário, dificuldade em determinar seus principais objetivos na sociedade, falta de incentivo a capacitação, baixos salários ou até trabalho voluntário, falta de espaços e instalações esportivas adequadas para o esporte de rendimento e competições esportivas, entre outros.

Para o aprimoramento desta área é necessário, antes de tudo, que se conheça o esporte universitário no Brasil, que se tenha a real avaliação da realidade em termos das condições e necessidades existentes, que sejam desenvolvidos estudos e pesquisas na área.

Para se analisar um cenário e apresentar propostas de mudanças em um contexto esportivo, é preciso entender, fazer levantamentos, analisar tendências, mapear gastos, formas de financiamento e verificar o nível (quantidade e qualidade) de oferta de espaços para a prática esportiva (SILVA, 2012)

Portanto, esta pesquisa torna-se relevante, pois, pretendemos dar ênfase a uma área de estudo pouco discutida e desenvolvida Brasil. Deste modo, os resultados deste trabalho podem servir de base para a construção de uma política pública para o esporte universitário brasileiro, sendo este o impacto principal que pretendemos alcançar com esta pesquisa.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 *PREMISSAS SOBRE O ESPORTE UNIVERSITÁRIO*

O desporto escolar e universitário é essencial na formação de crianças e jovens, abrindo caminho para uma vida saudável com reflexos tanto físicos quando psicossociais. Entretanto, Colaço e Fleck (2009) afirmam que o desporto universitário surgiu com o intuito de melhor gerenciar o tempo livre dos estudantes.

Após uma breve análise das dissertações de mestrado de Veloso (2005) e Rios (2015), ambos como tema central o esporte universitário em Portugal, foi possível enumerar os principais comportamentos que o esporte universitário promove e potencializa nos estudantes. Todas as citações agrupadas abaixo foram realizadas por Veloso (2005) e Rios (2015):

1. Transmissão de valores aos jovens (GALLEN, 2004);
2. Promove contato social e respeito pelo outro (KAY, 1997);
3. Formação de comportamentos de liderança (FIREA, 1983);
4. O esporte universitário, como esporte educacional deve alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer (lei federal nº 8.672;93 – Lei Zico); e
5. Partilha e cooperação (SARMENTO, 2002).

Sarmento (2002) ainda salienta que a classe universitária, majoritariamente ente 18 e 25 anos, é mais aberta e engajada para novas transformações. Entretanto, é importante lembrar que o desporto universitário reproduz em seus projetos de esporte de rendimento, experiências anteriores de práticas esportivas dos alunos.

Sintetizando, esporte universitário é definido como toda e qualquer prática de esportes, seja ela obrigatória ou voluntária, realizada dentro de uma IES por alunos matriculados na graduação ou pós-graduação (BARBOSA, 2014)

4.2 PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DE ESPORTE UNIVERSITÁRIO

Como já foi dito na introdução deste trabalho, a história do esporte universitário no mundo perpassa por vários acontecimentos históricos e políticos que são bem descritos por Parente (2011). Após as primeiras manifestações de jogos nas primeiras universidades da Itália e Grã-Bretanha (séc. XVIII) chegamos ao ponto chave da institucionalização do esporte a nível internacional com a criação das primeiras associações e federações nacionais. As primeiras federações nacionais nasceram nos Estados Unidos (1905) e na Hungria em (1907). Toda influência histórica das primeiras Federações Internacionais se deu durante os períodos da 1ª e 2ª guerras mundiais e durante a guerra fria entre EUA e URSS.

4.3 RECORTE HISTÓRICO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL

A história do esporte universitário do Brasil será desenhada aqui por meio de uma revisão de diversos trabalhos que reúnem relatos sobre os principais momentos que determinaram a forma como o esporte universitário se iniciou e como ele se encontra. Portanto, foi necessário realizar uma revisão de literatura aprofundada para comparar dados e chegar às datas reais em que aconteceram os fatos.

Para se chegar a uma síntese de todas estas etapas e entender a história do esporte universitário no Brasil de forma objetiva foram usados os trabalhos de Toledo (2006), Starepravo et al. (2010), Ávila (2012), Gomes (2013) e Barbosa (2014). Portanto todas as informações contidas no esquema abaixo foram retiradas dos trabalhos destes autores:

Final do século XIX – As primeiras referências de competições universitárias foram realizadas e organizadas pelos próprios estudantes no College Mackenzie em São Paulo, na Faculdade de Medicina e Cirurgia, localizada na Praia Vermelha (Rio de Janeiro), e na antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro, sem a participação dos estados e do governo, ou seja, de forma autônoma e voluntária. Estas competições eram realizadas dentro dos próprios estados.

1916 – São realizadas as primeiras competições interestaduais entre São Paulo e Rio de Janeiro ainda sem a participação de do estado e de federações.

1924 – Realização da primeira manifestação de evento esportivo universitário de caráter internacional: Os Jogos Universitários Mundiais em Varsóvia.

1933 e 1934 – Surgimento das primeiras Federações Universitárias Estaduais (FUE's). Os estados pioneiros foram Rio de Janeiro (Federação de Esporte Universitário do Rio de Janeiro-FEURJ), São Paulo (Federação Universitária Paulista de Esportes-FUPE) e Minas Gerais (Federação Universitária Mineira de Esportes-FUME).

1935 – Realização em São Paulo da primeira edição dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), chamada inicialmente de I Olimpíada Universitária do Brasil. A segunda edição foi realizada em 1938, chamada de Jogos Universitários de Minas Gerais e a terceira edição foi realizada em 1940, chamada como II Olimpíada Universitária Brasileira.

1939 – Fundação da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU).

1941 – A centralização da Política Nacional de Esporte durante o governo Getúlio Vargas por meio da Lei nº 3.199/41, definiu as diversas formas de prática do esporte no Brasil, proporcionou a oficialização da CBDU e o incentivo ao associativismo estudantil por meio do esporte criando as primeiras Associações Atléticas Acadêmicas, responsáveis neste momento pelo planejamento do esporte nas universidades.

1959 – Realização da primeira Universíade (Olimpíada Universitária Mundial), em Turim na Itália. A Universíade atualmente é a principal competição universitária a nível internacional.

1970 – Durante a ditadura, por meio da promulgação da Lei Federal nº 6.251/75 e do Decreto-Lei nº 80.228/77, instituíram a Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto e a consolidação do papel do estado como regulamentador

do esporte. Com isso, o esporte universitário foi definitivamente enquadrado dentro do sistema de esporte estudantil.

1980 – Ao final da ditadura e com o início de políticas mais liberais o estado perdeu a mobilização e o controle de agentes responsáveis pela organização do esporte universitário. Foi nesta década que o esporte universitário iniciou sua primeira fase de decadência pela falta de profissionalismo de seus gestores nas instituições.

1998 – Reafirmação por meio da Lei Pelé (Lei nº 9615/98) da CBDU como entidade administrativa do esporte universitário no Brasil.

2003 – Criação do Ministério do Esporte e reorganização da CBDU com a parceria do COB aumentando assim seus recursos, por meio da Lei Agnelo Piva (Lei Nº 10.264/01), e também sua visibilidade na mídia com o apoio da TV Globo.

2008 – Realização da primeira Liga do Desporto Universitário, competição organizada pela CBDU que contempla diversas modalidades em diferentes períodos do ano em etapas estadual, regional e nacional

Ao analisar todas estas etapas, podemos afirmar que a história e a estrutura do Esporte Universitário no Brasil passaram por diversos momentos, iniciando-se com práticas inicialmente autônomas, seguidas por uma intervenção e centralização das normas por meio do governo (STAREPRAVO, 2010)

4.4 GESTÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL

Segundo Azevedo (2008), no Brasil, o Esporte Universitário possui apoio do estado somente para a organização de eventos esportivos regionais e nacionais, deixando assim de lado, um apoio maior às FUES e quase nenhuma discussão sobre a consolidação para uma política pública central que normatize suas práticas nas IES Públicas que são a base e os “consumidores” dos eventos esportivos..

O estado deveria ter o papel de fomentador, planejador e executor de atividades para o esporte universitário. Porém, alguns estudos mostram que dentro das IES

Públicas prevalece uma gestão do esporte sob total responsabilidade dos alunos, por meio das AAA, entretanto com pouco apoio e respaldo das Administrações Superiores (TOLEDO, 2006).

Uma das diretrizes da Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941, que regulamenta o esporte universitário no Brasil, é definir às AAA's, até então representantes de curso, como entidades responsáveis pela gestão do esporte nas Universidades. Já o Decreto Lei nº 80.228 de 25 de agosto de 1977, institui que cada universidade deve ter uma atlética central que representem todos os cursos junto a Federação Estadual.

Entende-se que o papel dos alunos seja o de participação nas competições promovidas pela CBDU, entidade máxima que coordena e administra este esporte em todo o Brasil. A profissionalização da gestão do esporte dentro das Universidades é primordial para que melhore as condições e estrutura de treinamento para os alunos. Portanto, é importante entendermos o cenário atual dos formatos da gestão do esporte dentro das universidades.

Segundo Sarmiento (2002) apud Rios (2015), não podemos confundir o papel das AAA's e das Diretorias de Esportes das IES. Cada uma tem o seu papel definido. Enfim, as AAA's têm o papel de facilitar a comunicação entre a Diretoria de Esportes e os alunos, promover e incentivar a prática de esportes dentro do curso que representa. Já a Diretoria de Esporte é responsável por proporcionar projetos esportivos para atender a demanda dos alunos, cuidando de toda organização. Portanto, a função da AAA é participação e da Diretoria de Esportes é a de promoção dos projetos esportivos e ambos devem “trabalhar em conjunto”.

Nas IES Privadas que participam do esporte universitário, existe uma tendência a institucionalizar a gestão do esporte, criando setores e departamentos exclusivos para este segmento. Entretanto, mesmo com a tendência de profissionalização nas IES Privadas, sem o incentivo à capacitação e investimentos, não se pode garantir a profissionalização dos gestores, nem bons resultados (MAZZEI; BASTOS, 2012).

O desporto universitário tem dificuldades em manter o equilíbrio esportivo em suas competições e na elaboração de políticas de desenvolvimento dentro das IES. É necessário levar em consideração as distintas formas de competição (oficiais e oficiosas), de financiamento (IES Públicas e Privadas) e gestão (discente e institucional).

No esporte universitário brasileiro, em sua organização interna, existem dois tipos de gestores esportivos conhecidos até então: o Gestor Discente (GD) e o Gestor Institucional (GI).

GESTÃO DISCENTE: é aquele no qual toda a responsabilidade de se planejar e executar o esporte dentro da universidade está ligado diretamente na responsabilidade de alguns representantes dos discentes, de diferentes cursos da instituição, organizados por meio de uma AAA. Geralmente, a AAA está respaldada por um estatuto e todas as ações esportivas dependem do contexto em que estes representantes estão inseridos.

GESTÃO INSTITUCIONAL: O segundo modelo de gestão desportiva universitária existente possui um gestor profissional, especializado na área, contratado pela instituição para coordenar a área esportiva da IES. Em ambos os modelos de gestão pode-se encontrar uma característica pessoal, estudada pela psicologia do esporte, que pode ser determinante para o sucesso na elaboração de projetos e coordenação de equipes esportivas: a liderança e a forma como ela é percebida pelo líder e seus liderados.

De acordo com o Quadro 02, Mazzei e Bastos (2012); Toledo (2006) apresenta um esquema comparativo sobre as características entre os dois modelos de gestão existentes nas IES do Brasil que participam do esporte universitário:

MODELOS DE GESTÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO	
ASSOCIAÇÕES ATLÉTICAS ACADÊMICAS	SETORES / DEPARTAMENTOS ESPORTIVOS
Alunos matriculados nos cursos de graduação ou pós-graduação (qualquer faculdade)	Profissionais designados para a gestão do esporte
Faixa etária de 18 a 25 anos	Sem faixa etária definida
Trabalho voluntário e geralmente com pouca experiência (algumas exceções)	Trabalho remunerado e também não é garantido experiência na área
Possuem estatutos definidos com mandatos curtos	Contratos estipulados para temporadas sem tempo médio definido
Em sua maioria universidades públicas	Em sua maioria universidades particulares
Não existe um padrão na formação e capacitação dos gestores na área esportiva ou administrativa	Existe um padrão na formação e capacitação dos gestores na área esportiva ou administrativa

Quadro 02. Quadro comparativo das características dos modelos de gestão do esporte universitário: Associações Atléticas Acadêmicas e Setores / Departamentos esportivos. Mazzei & Bastos (2012); Toledo (2006).

No Brasil, o modelo de gestão esportiva mais adotada nas universidades se deve a políticas públicas ultrapassadas advindas do Decreto-lei Nº 3.617/41. Soma-se a este fato a liberdade e autonomia de organização oferecida pela “Lei Zico” (Lei nº 8.672/93) e posteriormente reafirmada pela “Lei Pelé” (Lei nº 9.615/98), pouco modificou a estrutura criada desde 1941 para o Esporte Universitário. As Associações Atléticas Acadêmicas, consideradas gestões amadoras, são até hoje, as entidades básicas de organização do Esporte Universitário na maioria das Instituições de Ensino Superior Público no Brasil, constituindo-se os responsáveis diretos pela prática esportiva no âmbito destas Instituições (TOLEDO, 2006).

Os estudantes universitários levam consigo experiências anteriores e vivências de práticas esportivas desde a infância o que nos mostra que são sujeitos que já possuem uma formação prévia. Cabe a universidade buscar formas de fomentar a prática de atividades que vão do lazer a atividades de rendimento.

A prática esportiva levada a sério dentro da Universidade pode ser considerada como um parâmetro de qualidade para a escolha das IES pelos alunos. Para isso, os projetos esportivos no ambiente universitário devem atingir o maior número de participantes possíveis, sempre levando em conta os diferentes objetivos (esporte desempenho, recreação e educacional). A Universidade é encarada como um locus de referência, portanto todas as atividades nela produzidas devem possuir um altíssimo grau de qualidade.

Segundo Rios (2015), para uma melhor estrutura organizacional e eficácia no alcance das metas é necessário saber o que os gestores pretendem com a execução de projetos esportivos na Universidade. No Brasil, percebemos uma falta de definição. Existe uma dicotomia entre os objetivos propostos por esses projetos: torneios e competições (esporte de desempenho) e lazer/recreação.

Em uma pesquisa realizada por Barbosa (2014) podemos perceber na prática os objetivos do esporte universitário. Os resultados foram definidos de acordo com as respostas dos gestores de 10 Universidades de Minas Gerais (Públicas e Privadas) que participam de competições esportivas oficiais. Seus resultados mostram a variedade de interesses pelos quais executam e planejam seus projetos: aumentar número de projetos esportivos foi o mais citados no questionário, seguido de conquistar bons resultados em competições. Isso mostra que os interesses dos gestores são voltados para, além de atender bem os alunos, o de atingir uma performance competitiva nas competições.

Assim, para a definição de uma Política Global para o esporte, Dias (2000) apud Silva (2012) salienta que:

“... é necessário fazer um levantamento das necessidades, da previsão da procura, da definição de tendências, da análise da capacidade dos equipamentos existentes e definir a orientação para a criação de novas estruturas” (Dias, 2000 apud Silva, 2012).

Entretanto, a busca da excelência e respaldo dos gestores das universidades bate de frente com uma legislação que rege o esporte universitário não condizente com a realidade da mesma.

4.5 LEGISLAÇÃO E FORMA DE PRÁTICA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL

Precursor na regulamentação do Esporte no Brasil, o Decreto-lei Nº 3.617 de setembro de 1941, conferido pelo então presidente Getúlio Vargas, estabelece as bases de organização do desporto universitário brasileiro. STAREPRAVO et al.(2010) afirma que antes desta interferência do estado todas as formas de esporte que existiam no Brasil eram realizadas de forma autônoma.

Neste Decreto, oficializaram-se os primeiros Jogos Universitários Brasileiros (JUB's) e institui-se a criação da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) delimitando-se suas bases para organização da mesma. Naquele ano, a lei foi considerada um grande avanço para o crescimento deste segmento. Entretanto, o texto delimita a gestão do esporte nas universidades como responsabilidade de alunos por meio da criação de Associações Atléticas Acadêmicas.

Art. 2º A Confederação dos Desportos Universitários organizar-se-á de acordo com as seguintes bases, desde já em vigor:

I. Haverá em cada estabelecimento de ensino superior, uma associação atlética acadêmica, constituída por alunos, e destinada à prática de desportos e à realização de competições desportivas. A associação atlética acadêmica de cada estabelecimento de ensino superior estará anexa ao seu diretório acadêmico, devendo o presidente daquela fazer parte deste. (Decreto-lei Nº 3.617 de setembro de 1941)

Uma das hipóteses deste trabalho é de verificar que, a realidade que se encontram as Universidades e as formas encontradas de prática do esporte universitário evoluiu e necessita-se de uma reformulação de políticas públicas que incentivem o crescimento deste segmento.

De acordo com a realidade política vivida pelo Brasil (Estado Novo, Golpe Militar, Diretas Já, Nova Constituição) eram apresentados novos decretos de Lei que partiam da centralização da regulamentação do esporte pelo estado até a promoção da autonomia das entidades.

Em síntese, a lei Nº 3.617/41 buscou regulamentar as manifestações esportivas no Brasil centralizando-as ao estado. Em meados da década de setenta durante a ditadura militar, a Lei nº 6.521/75 e o decreto nº 81.228/77 buscaram reafirmar esta centralização com a criação da Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto. Nesta época o esporte era mais presente na vida da população. Já em 88 com a aprovação da Constituição, as políticas públicas tiveram um foco buscando uma maior autonomia às entidades desvinculando-se de ideias centralizadoras e autoritárias das Leis anteriores.

Recentemente a Lei Zico (Lei nº 8.672/93) e a Lei Pelé (Lei nº 9.615/98) também levantaram a bandeira de uma maior autonomia das Confederações e Federações definindo-as como “pessoas jurídicas de direito privado” ganhando assim, liberdade para direcionar seus estatutos de acordo com sua realidade.

A Lei Pelé passou por uma complementação por meio da Lei nº 10.264/2001 (Lei Piva). Em suas principais ideias criou-se o financiamento do esporte por meio das loterias federais onde se destina um percentual das apostas para o COB e o CPB. Para o esporte universitário, apenas 5% do valor que era repassado à CBDU. Segundo Starepravo et al. (2010) a lei Piva ajudou a definir um marco de ascensão do esporte universitário a partir de 2004 ganhando mais financiamento e apoio midiático.

Em 2013 a Presidência da República assinou o Decreto-Lei nº 7.984/2013 que regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, instituindo assim normas gerais sobre desporto no Brasil. Neste decreto o desporto pode ser reconhecido nas seguintes manifestações:

- I - desporto educacional ou esporte-educação, praticado na educação básica e superior e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
- II - desporto de participação, praticado de modo voluntário, caracterizado pela liberdade lúdica, com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, a promoção da saúde e da educação, e a preservação do meio ambiente; e
- III - desporto de rendimento, praticado segundo as disposições da Lei nº 9.615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados de superação ou de performance relacionados aos esportes e de integrar pessoas e comunidades do País e de outras nações. (Decreto-Lei nº 7.984/2013)

Este decreto determina também que o Desporto Educacional, onde está inserido o esporte universitário, se divide em duas vertentes:

- I - esporte educacional, ou esporte formação, com atividades em estabelecimentos escolares e não escolares, referenciado em princípios socioeducativos como inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, co-educação e responsabilidade; e
- II - esporte escolar, praticado pelos estudantes com talento esportivo no ambiente escolar, visando à formação cidadã, referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e promoção da saúde. (Decreto-Lei nº 7.984/2013)

Segue abaixo um quadro que faz uma síntese das Formas de Exercício do Esporte no Brasil, suas Divisões e Princípios (TUBINO, 2010 apud GOMES, 2013):

ESPORTE NO BRASIL					
FORMAS DE EXERCÍCIO DO DIREITO AO ESPORTE	Esporte-Educação		Esporte-Lazer	Esporte de Desempenho	
DIVISÕES DAS FORMAS DE EXERCÍCIO DO DIREITO AO ESPORTE	Esporte Educacional	Esporte Escolar	Esporte Lazer	Esporte de Rendimento	Esporte de Alto Rendimento
PRINCÍPIOS	Participação Co-Educação Cooperação Co-Responsabilida de Inclusão	Desenv. Esportivo Desenv. do Espírito Esportivo	Participação Prazer Desenv. Esportivo	Desenvolvimento Esportivo Superação	

Quadro 03 – Princípios Norteadores do Esporte (TUBINO, 2010 apud GOMES, 2013).

O Esporte Universitário do Brasil não possui um caráter de formação ou de desenvolvimento de talentos, portanto, encaixa-se como “desporto escolar”, pois, contribui para a prática de esporte de rendimento além da promoção da prática esportiva visando a melhora da saúde e formação integral do cidadão

Decreto-Lei nº 7.984/2013 consolida ainda o afirmado na Lei Zico que divide enfim o “esporte de rendimento” em dois grandes grupos.

- Art. 4º O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:
- I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo entre o atleta e a entidade de prática desportiva empregadora; e

II - de modo não profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato especial de trabalho desportivo, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio. (Decreto-Lei nº 7.984/2013)

Aparece, portanto, mais uma vertente de prática do esporte universitário. Além do mesmo ser praticado dentro do Desporto Educacional como descrito nos parágrafos anteriores o Esporte Universitário pode ser visto como Esporte de Rendimento não Profissional, pois, os atletas, dentro das competições esportivas universitárias, não dispõem de contrato de trabalho nem remuneração especial com as Universidades.

De acordo com Starepravo et al. (2010), a portaria nº 236 do Ministério da Educação, de 08 de abril de 1987, define o Desporto universitário tem sua atuação restrita ao Esporte de Desempenho, deixando-se assim de estar atrelado ao Esporte Educacional. Segundo o autor:

A portaria 236 do Ministério trouxe como principal contribuição a definição do esporte universitário enquanto esporte-performance. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, consolidou a separação entre esporte profissional e não profissional e deu prioridade no repasse de verbas públicas para o esporte-educação. Isso mudou profundamente a organização do esporte universitário, uma vez que sua estrutura não estava desenvolvida o bastante para se aproximar de uma prática profissional, e, portanto, mais próxima à iniciativa privada. Nem tão pouco teria argumentos legais para justificar seu financiamento junto ao Estado. Com isso, fica a impressão de que o esporte universitário passou a ter uma crise de identidade, sem uma definição clara de que caminho tomar (STAREPRAVO, 2010).

Entretanto, o esporte não pode ser visto pelos governantes somente sob o olhar do alto rendimento. As opções políticas para o desporto devem ser globais, integradoras e sistêmicas.

Ele deve ser assumido como um fenômeno social de importância crescente no cotidiano do cidadão e encarado sob “todas as formas de atividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objetivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis”.

Para Gomes (2013), não existe uma unanimidade com relação à ligação entre o esporte universitário, descoberta de novos talentos e o esporte de alto rendimento a nível internacional. Existem diferentes formas de se entender essa relação. Enquanto em países como Japão, Austrália e Estados Unidos o esporte universitário é uma etapa crucial para o processo de descoberta de novos talentos e formação de equipes de

desempenho, na Alemanha, França e Brasil os clubes esportivos têm mais envolvimento com o esporte de alto rendimento do que as Universidades.

Desta forma, depois de delineadas as suas principais definições e formas de prática e com o intuito de centralizar o aporte teórico e a análise dos resultados desta pesquisa definiu-se como foco o esporte universitário como Desporto de Rendimento Não Profissional.

Nota-se, portanto, que a legislação que rege o Esporte Universitário no Brasil é antiga e defasada, não correspondendo, portanto, com a realidade atual que se encontram as universidades e federações estaduais. Hoje, a exigência na excelência da gestão do esporte junto às administrações e reitorias é primordial para se atingir bons resultados.

4.6 FINANCIAMENTO ESPORTIVO FEDERAL

Apresentaremos agora as duas principais leis de fomento e financiamento do esporte na esfera federal: A Lei Agnelo/Piva (Nº 10264/2001) e a Lei de Incentivo ao Esporte (Nº 11.438/2006).

Lei Agnelo Piva

Sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 16 de julho de 2001, a Lei nº 10.264 destina, da arrecadação total das loterias da Caixa Econômica Federal, 1,7% para o Comitê Olímpico Brasileiro e 0,3% destinam-se ao Comitê Paralímpico Brasileiro. Desses recursos, obrigatoriamente, 5% irão para o desporto universitário e 10% irão para o desporto escolar.

Lei de Incentivo ao Esporte

Segundo o Ministério do Esporte (2016), a Lei de Incentivo ao Esporte (Nº. Lei 11.438/2006) permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas, até 6% do imposto devido. Ou seja, esta lei promove uma cooperação entre os poderes públicos e as organizações privadas para a sua adoção e promoção.

4.7 ESPORTE UNIVERSITÁRIO: EXTENSÃO OU ASSISTENCIA ESTUDANTIL

Outro ponto que influencia na sensação de falta de identidade e dificuldade de definir rubricas de investimentos para o esporte universitário é sobre o seu papel dentro da universidade ou sua finalidade. Existe uma definição sobre este tema? Na prática, esporte universitário é uma ação de Extensão ou Assistência Estudantil? Atualmente, encontramos universidades que encaixam as ações esportivas voltadas para os universitários nestas duas categorias.

As respostas pra essas perguntas são muito importantes, pois, o público alvo, sua importância, as fontes e formas de investimento são diferentes. Antes de entendermos o problema, precisamos alinhar as definições destes dois papéis em que o esporte universitário é encontrado hoje.

As atividades de extensão universitária devem estar vinculadas ao Ensino e a Pesquisa indissociavelmente, além disso, esta categoria possui uma Função Social, ou seja, deve ser garantida a promoção e participação da comunidade.

Suas ações têm como objetivo promover qualidade de vida, bem-estar físico-psico-social, atividades que envolvam temas como a sustentabilidade, meio ambiente entre outros, além de ser aberta a toda comunidade. Nogueira (2005) prega que as ações extensionistas promovam a intervenção da realidade em que a universidade está inserida, propiciando ações coletivas entre a sociedade e a instituição.

O caráter de terceira função da extensão, para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através da pesquisa básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta. (NOGUEIRA, 2005, p 82-91)

Entretanto, a Assistência Estudantil para o ensino superior tem o objetivo de proporcionar igualdade de oportunidades advindas da situação sócio-econômica dos alunos evitando assim o abandono, garantindo oportunidades de se manter um bom desempenho curricular e diminuindo assim a evasão escolar.

Por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o governo federal instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Por meio deste programa o governo pretende ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

São várias as áreas que recebem incentivos do governo federal por meio do PNAES, tais como: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; **VII - esporte**; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico (MEC, 2016).

Portanto, precisamos elucidar e definir onde se situa as ações de esporte nas universidades. Com esta pesquisa poderemos entender melhor sua situação de acordo com os conceitos definidos acima. A solução deste problema poderá facilitar na construção de uma política pública para o esporte nas universidades propiciando assim uma rubrica própria para o mesmo.

Alves e Pieranti (2007) corroboram também com a ideia de que o esporte não é só uma atividade de lazer ou simples competição, mas também como uma atividade econômica, importante para a inclusão social e para a redução de problemas ligados à saúde e à educação. Segundo mesmo autor:

Conforme foi possível concluir a partir de experiências dos setores público e privado, o esporte ajuda a prevenir doenças, a evitar a evasão escolar, o uso de drogas e a criminalidade e a aumentar a auto-estima, a cooperação, a solidariedade e a inclusão social. (ALVES; PIERANTI, 2007)

Definido o eixo central da prática do esporte universitário nas IES e os dois pólos em que se situam é necessário conhecer agora a principal peça transformadora e executora dos projetos: o gestor esportivo e seu perfil.

4.8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL

É notável a diferença na forma (influência do estado) como o esporte universitário era gerido desde suas primeiras manifestações (jogos e eventos isolados).

Para Madeira (2010), ao analisar toda trajetória vivida pelas organizações desportivas universitárias ao longo dos últimos anos, pode-se constatar que o formato que inicialmente tinha um cunho lúdico passou a ser encardo como um negócio, mas ainda com apoio do Estado e da iniciativa privada.

No Brasil a organização das ações esportivas a nível nacional fica a cargo do Ministério do Esporte. Este Ministério é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte que envolve o esporte de alto rendimento e ações de inclusão

social, que garantem à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (MINISTERIO DO ESPORTE, 2016).

É evidente que alterar o modelo desportivo universitário, que no passado era composto por grupos de amigos, que doavam parte de seu tempo em prol das causas estudantis, não se fez de um dia para o outro. Foram necessários esforços e até uma reorganização do modo de ser das entidades.

Como descrito na figura 1 abaixo, o Esporte Universitário Oficial no Brasil possui uma estrutura forma simples e em um estilo piramidal, onde os poderes se mostram da ponta para a base.

A CBDU, entidade máxima que rege o esporte no Brasil encontra-se na ponta onde sofre influências e regulações do Ministério do Esporte e da FISU. Logo abaixo estão as Federações Universitárias Estaduais (FUE's) que, além de formar o conselho superior da CBDU regem o esporte universitário a nível estadual. Na base da pirâmide, logo abaixo das FUE's estão as IES em seus mais diversos formatos (pública, privada, autarquias, com ou sem fim lucrativo etc.). Dentro das IES existem dois modelos de gestão distintos (que serão descritos a seguir) que coordenam o esporte para os grandes interessados e envolvidos neste processo: os atletas universitários.



Figura 01: Esquema da estrutura organizacional das entidades envolvidas no Esporte Universitário brasileiro (BARBOSA, 2014).

4.9 FÉDÉRATION INTERNATIONALE DU SPORT UNIVERSITAIRE (FISU)

A Federação Internacional de Esporte Universitário (FISU) é o principal órgão responsável pela propagação de valores e prática esportiva dentro de universidades pelo mundo por meio de suas federações nacionais filiadas. Segundo Azevedo (2008), “propagar os valores esportivos significa encorajar a amizade, fraternidade, honestidade, perseverança entre os estudantes que um dia ocuparão posições na política, economia, cultura e indústria”.

A principal responsabilidade desta entidade é o de supervisionar e realizar as Universíade de Verão e inverno, bem como, os Campeonatos Universitários Mundiais. Atualmente, ela possui cerca de 170 federações nacionais filiadas (FISU, 2016).

Apesar de ter sido fundada em 1949, a FISU não foi a primeira manifestação de organização do esporte universitário a nível mundial. Segundo Parente (2011), o primeiro órgão estudantil internacional de esporte universitário aparece em 1923 com o nome de *International Commissariat of University Sport* (ICUS), no âmbito da Confederação Internacional de Estudantes (ICS)

4.10 CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO UNIVERSITÁRIO (CBDU)

A CBDU teve sua fundação realizada em 1934, entretanto, somente em 1941 ela foi oficializada pelo então presidente da república Getúlio Vargas. A confirmação de sua autonomia entidade única de administração do Desporto Universitário no Brasil se deu somente em 1998 com o decreto que instituiu a Lei Pelé.

Sua organização administrativa funciona com uma Assembleia Geral, formada pelos presidentes das FUE's que tem poder de voto para a escolha do presidente e vice-presidente. Sediada em Brasília-DF e com mais duas sub-sedes oficiais, em Maceió-AL e Vitória-ES, ela possui como recursos humanos funcionários contratados via CLT e prestadores de serviço terceirizado. (GOMES, 2013)

Atualmente a CBDU consta com uma gestão profissional e tem como parceiros nacionais o COB, FUE's, IES, diversos patrocinadores e das confederações especializadas de cada modalidade. Por meio destas parcerias a CBDU organiza dois grandes eventos durante o ano: o JUB's (etapas estaduais e nacional) e a LDU (etapas estaduais, regionais e nacional).

4.11 FEDERAÇÕES UNIVERSITÁRIAS ESTADUAIS (FUE's)

Como qualquer confederação de esportes no Brasil, a CBDU possui uma assembleia geral formada pelas Federações Estaduais filiadas a ela. Cada estado possui sua federação que é responsável pelo planejamento, execução e avaliação dos torneios universitários estaduais. Como cada estado tem sua vaga garantida no JUB's, as federações escolhem as IES que participam do torneio nacional por meio das etapas estaduais. São estas as FUE's existentes no Brasil:

4.12 EVENTOS ESPORTIVOS NACIONAIS OFICIAIS

JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS (JUB's)

Os Jogos Universitários Brasileiros (JUB's) oficializados pela primeira vez pelo Decreto-Lei Nº 3.617/1941 e, desde então, é o principal evento esportivo universitário a nível nacional. Inicialmente realizado de forma Bienal até 1968, a partir de então os jogos passaram a ocorrer anualmente (STAREPRAVO et al., 2010).

É considerado um evento itinerante onde as disputas são realizadas entre as IES de todos os estados, sem distinção de Categorias Administrativas ou tipo de Organização Acadêmica. As IES participantes são selecionadas para o JUB's por meio de etapas estaduais promovidas pelas FUE's.

A falta de uma categorização ou de distinção entre as Universidades pela sua Categoria Administrativa ou tipo de Organização Acadêmica caracteriza um incentivo a falta de equilíbrio entre as equipes. Toledo (2006) afirma que, em uma pesquisa feita no JUB's de 2005, entre as 10 melhores classificadas, segundo o critério de número de medalhas conquistadas, apenas uma delas era pública e se encontrava no oitavo lugar. Isto demonstra que os jogos atendem mais as instituições particulares.

O número e o tipo de modalidades variam anualmente. Além das modalidades tradicionais que são fixas (futsal, basquete, vôlei, handebol, atletismo, natação, judô, tênis de mesa, tênis de campo) existem as modalidades escolhidas pela sede que são temporárias (Ginástica rítmica, vôlei de praia, basquete 3x3 etc). A edição de 2016, por exemplo, apresentou a inserção de jogos eletrônicos, jogos paraolímpicos e corrida de rua (CBDU, 2016). Serão as seguintes modalidades:

- | | |
|------------------------|-------------------------------|
| 1. Badminton | 9. Tênis de mesa |
| 2. Basquete 3x3 | 10. Tênis de mesa Paralímpico |
| 3. Corrida de Rua 10km | 11. Vôlei de Praia |
| 4. Futebol Virtual | 12. Xadrez |
| 5. Judô | 13. Basquete |
| 6. Natação | 14. Handebol |
| 7. Natação Paralímpica | 15. Futsal |
| 8. Tênis | 16. Vôlei |

LIGA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO (LDU)

A Liga do Desporto Universitário é um torneio realizado em 3 etapas: estadual, regional e nacional englobando os campeonatos brasileiros universitários em diversas modalidades, realizadas de forma separadas, abarcadas pelo JUB's ou não, tais como:

1. LDU de Lutas (karatê, judô e taekwondo),
2. LDU de Tênis, LDU de Xadrez,
3. LDU de Futebol de Campo,
4. LDU de modalidades coletivas de quadra (Futsal, Handebol, Vôlei, Basquete),
5. LDU de Rugby 7,
6. LDU de Futebol de 7.

A diferença da LDU para o JUB's é que as modalidades são realizadas durante todo o ano de forma separada: Modalidades coletivas de quadra, Lutas, Rugby 7, Futebol de 7, Futebol de campo etc.

JOGOS PARALÍMPICOS UNIVERSITÁRIOS

Lançado em 2017, o primeiro evento voltado para os atletas universitários paraolímpicos, por meio de uma parceria entre a CBDU e o Comitê Paralímpico Brasileiros (CPB) foi realizado com sete modalidades: atletismo, natação, bocha, judô, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas e badminton.

4.13 ESPORTE UNIVERSITÁRIO EM PORTUGAL: MODELO E CARACTERÍSTICAS

O objetivo de se apresentar o modelo português de esporte universitário se deu pelas particulares semelhanças na gestão pública do esporte e no relativo que o modelo do esporte universitário no país é conduzido. A partir desta comparação, poderemos analisar as diferenças e semelhanças entre os dois países.

Após uma pesquisa em dissertações e teses sobre a gestão do esporte universitário, notamos que em Portugal esse tema tem um reconhecimento notório e enorme importância devido ao número de trabalhos científicos sobre esta temática. Diversas pesquisas são realizadas em universidades portuguesas e vamos apresentar aqui uma síntese de trabalhos realizados na Universidade do Porto, referência do esporte universitário europeu.

Em Portugal, como visto no Brasil em alguns casos, as Universidades possuem órgãos presididos por professores e constituídos por estudantes que fazem a gestão do esporte. Estes órgãos além de fomentar a prática de projetos esportivos e de lazer para os estudantes acabam por regular estas mesmas práticas nas comunidades. Os gestores esportivos das universidades acabam por apoiar o associativismo estudantil, ou seja, grande parte dos cursos possui representatividade por meio de entidades esportivas que são reguladas pelos órgãos máximos. Esta cultura do associativismo estudantil é uma marca da cultura brasileira também e é incentivada, pois, a experiência de estudantes a frente de associações atléticas acadêmicas, incentivam e despertam comportamentos de liderança e trabalho em equipe, importantes para um sucesso em qualquer carreira após a conclusão do ensino superior.

As primeiras experiências de torneios esportivos universitários em Portugal tinham como foco central a integração e confraternização entre os estudantes. Estas competições eram organizadas por um órgão externo as universidades: a Federação Portuguesa de Desporto Universitário (criada em 1977). Esta federação não correspondia às pretensões dos estudantes criando posteriormente a Federação Acadêmica de Desporto Universitário, desta vez, com um apoio e participação maior dos acadêmicos.

Os primeiros problemas descritos por Veloso (2005) em Portugal são, até hoje, os principais problemas enfrentados por Universidades Públicas no Brasil:

- a) Falta de instalações esportivas apropriadas para treinamento e competição de equipes.

- b) Dificuldade de compatibilizar os horários de treinamentos com os horários de estudos.
- c) Dificuldade de contratação permanente de monitores e treinadores para as modalidades esportivas.
- d) O desporto é voluntário e não possui um reconhecimento como atividade extracurricular.

Parente (2011) corrobora com estes pontos afirmando em sua pesquisa que os dois principais problemas que dificultam a prática de esportes dentro da universidade são a dificuldade de conciliar seus horários letivos com os treinamentos e a quantidade e qualidade de instalações esportivas.

De acordo com os autores Veloso (2005) e Rios (2015), que estudaram sobre o esporte universitário na Universidade do Porto, existem diversos fatores primordiais que servem de parâmetro para planejar ou mensurar o sucesso na gestão do desporto universitário. Segue abaixo uma compilação das duas propostas dos autores:

VELOSO (2005)	RIOS (2015)
Laboratório de testes	Participantes
Rentabilidade por publicidade e imagem	Recursos Humanos
Existência de Equipes Federadas	Gestão Financeira
Instalações Esportivas	Comunicação e publicidade
Forma de Captação de Recursos	Avaliação e controle de qualidade
Bolsas de mérito esportivo	Associativismo Estudantil
Nível de desporto escolar na região	Reconhecimento Esportivo

Quadro 04: Referente aos principais fatores definidos pelos autores que interferem no planejamento da gestão do esporte universitário.

Curado (2006) apud Parente (2011) destaca que no âmbito do Ensino Superior, considera ainda grave os seguintes aspectos atualmente observados:

- a) Competições que são cópias de modelos federados, e normalmente de pior qualidade em termos organizativos;
- b) Ausência de capacidade de inovação;
- c) Praticantes e equipes esportivas constituídas por atletas federados; e
- d) Ausência de treinos e preparação para as competições.

Um ponto chave que não pode ser deixado de lado é sobre o caminho que a IES deve percorrer para buscar a profissionalização do seu setor esportivo. Para isso temos

que partir de um modelo inovador e que apresenta resultados satisfatórios no cenário esportivo universitário.

Segundo Art. 207 da Constituição Federal é garantido uma “autonomia administrativa” e de gestão financeira para todas as Universidades Brasileiras. Este pode ser um dos motivos pelos quais encontramos um cenário bastante heterogêneo e diversificado entre as IES. De um lado, algumas bastante preparadas, com infraestrutura e apoio privado e, de outro lado, outras, com pouca capacitação, orçamento limitado, falta de rubrica que determine os gastos com esporte, poucos espaços físicos etc. É necessário ampliar as discussões sobre uma política que garanta diretrizes norteadoras que propiciem um maior investimento, contratação de pessoal capacitado para a gestão etc. (AZEVEDO, 2008).

Os órgãos superiores responsáveis pela gestão do esporte universitário no Brasil deveriam unir universidades e entidades estudantis para um projeto de implantação de núcleos nas universidades com o objetivo central de estruturar uma política nacional de esporte na comunidade universitária para investir no esporte como forma de contribuir para o desenvolvimento pleno dos estudantes através da elevação de sua consciência. (GOMES, 2013)

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa, de caráter quanti-qualitativa, foi realizada utilizando o método netnográfico (PINTO et al., 2007). De natureza descritiva e exploratória, este trabalho utilizará como instrumento de coleta de dados um questionário misto (perguntas abertas e fechadas) e estruturado em seis eixos temáticos que será explicado posteriormente neste capítulo.

Esta pesquisa busca fazer um levantamento de informações sobre a gestão pública do esporte universitário ao mesmo tempo em que descreve e faz uma análise crítica sobre suas características. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), estes são objetivos primordiais para a realização de uma pesquisa exploratória e descritiva.

Gil (1994) ainda salienta que, esta pesquisa por possuir um caráter descritivo, deve conter objetivos primordiais à descrição das características de determinada população, analisá-las e determinar a natureza de suas relações.

Em pesquisas relacionadas à gestão esportiva, feita por Rocha e Bastos (2011), identificou-se que a maioria dos trabalhos revisados possuía um caráter quantitativo. Percebeu-se, portanto, uma forte tendência em propiciar estudos relacionados à gestão do esporte para o meio científico que envolvessem métodos qualitativos:

Embora comumente os métodos quantitativos e qualitativos sejam vistos como incompatíveis e mutuamente excludentes, é possível entendê-los como abordagens complementares, a serem mobilizadas conforme os objetivos de cada pesquisa, de forma integrada ou em etapas sucessivas (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011).

O campo das pesquisas científicas aponta uma tendência para o surgimento de um novo paradigma metodológico. Um modelo que consiga atender integralmente as necessidades dos pesquisadores. Torna-se evidente a importância da utilização da metodologia quanti-qualitativa no campo das ciências sociais como forma de se obter um conhecimento mais acurado dos objetos estudados, já que esta área é, por demais, complexa. O ideal é a construção de uma metodologia que consiga agrupar aspectos sobre ambas as perspectivas (GOMES; ARAÚJO, 2005). Não existe um modelo único para análise dos problemas propostos e sim modelos adequados ao problema (ENSSLIN; VIANNA, 2008).

Enfim, usando conceitos de Polit et al., (2004), esta pesquisa é quantitativa pois utiliza procedimentos estruturados e instrumentos formais para coleta de dados além de manter a objetividade na análise dos dados usando dados numéricos e ao mesmo tempo qualitativo pois não tenta controlar o contexto da pesquisa, e sim, captar o contexto na totalidade analisando as informações narradas de uma forma organizada e intuitiva por meio de análise de conteúdo.

5.2 PARTICIPANTES

Para esta pesquisa definiu-se como foco as IES Públicas brasileiras, mais especificamente Universidade Federais, por meio de seus principais agentes: os gestores esportivos. Estes profissionais possuem inúmeras funções, tais como: gestão de eventos esportivos, coordenação de projetos relacionados a treinamentos de equipes, manutenção de espaços físicos voltados para o esporte etc.

Com o intuito de garantir uma amostra representativa da realidade foi utilizada como estratégia uma amostragem não probabilística intencional (ou por julgamento). Este tipo de critério, usada em pesquisas qualitativas, propicia que os elementos sejam selecionados conforme critérios que derivem do problema da pesquisa, das características do universo observado e das condições e métodos de observação e análise (OLIVEIRA, 1997).

Evidentemente, a enormidade e a complexidade do mundo inviabilizam a realização de observações com um alto grau de abrangência e os pesquisadores são obrigados a escolher uma parte da realidade e focar nela sua atenção (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL 2011).

Com o objetivo de entender a realidade do universo das Universidades Federais do Brasil, este estudo conta com a participação de uma (1) IES das regiões norte, nordeste, centro-oeste e sul, e duas (2) da região sudeste totalizando assim 6 IES participantes.

Para apresentação dos resultados referente aos participantes, foi apresentada uma análise descritiva das respostas dos gestores. Esta análise procurou abranger aspectos gerais e amplos de um contexto social e possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar, ordenar e classificar os dados (OLIVEIRA, 1997).

Os responsáveis pesquisados apresentam distintos papéis na IES. Como pode ser observado no Gráfico 01, a diversidade entre os papéis dos gestores varia entre Técnico

em Desporto (cargo de nível superior adquirido por meio de concurso), Técnico Administrativo (cargo de nível médio - adquirido por meio de concurso) e Estudante de graduação.

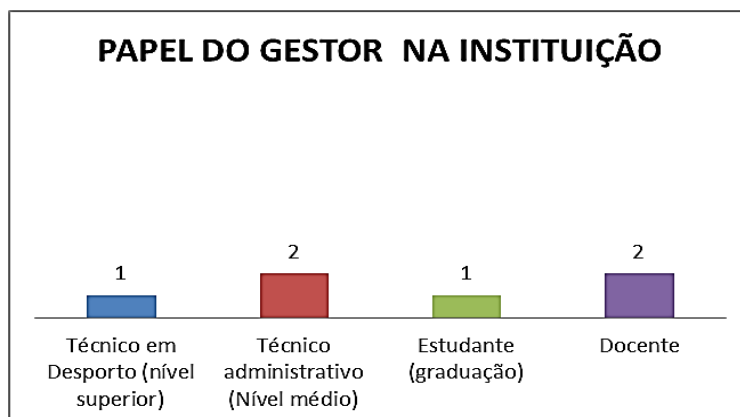


Gráfico 01: Tipos de papéis dos gestores nas IES pesquisadas

Para se evidenciar qual o objetivo e o trabalho realizado na prática por esses gestores, pedimos ao participante que descrevesse suas reais funções. Segue abaixo no Quadro 05 a transcrição das respostas. As mesmas foram categorizadas, para que possamos entender qual o foco do trabalho realizado por eles.

IES	RESPOSTAS	FUNÇÕES
IES 1	Coordenação de seleções e eventos esportivos do desporto universitário	Coordenação e gestão de pessoas
IES 2	Planejar, construir e apoiar as mais diversas formas de manifestação do esporte, ou seja, atingir um nível motivacional satisfatório da Comunidade Acadêmica para a prática do esporte e atividades físicas como fator social e melhoria da saúde.	Planejar e motivar
IES 3	Sou um dos responsáveis pelas competições entre estudantes e também coordeno os times para competições de nível estadual e nacional	Coordenação e gestão de pessoas
IES 4	Coordenador de Esporte da Escola de Educação Física e Desportos que responde pelo esporte de representação da mesma.	Coordenação
IES 5	Coordenador de Jogos Internos da Universidade, representação da Instituição junto a Federação de Desportos Universitários Acreanos, e todos os assuntos relacionados a desporto universitário.	Coordenação e gestão de pessoas
IES 6	Coordenador de esportes e lazer - vinculado à pró-reitoria de assuntos da comunidade universitária - responsável pela gestão esportiva discente (equipes representativas, festivais e eventos esportivos).	Coordenação e gestão de pessoas

Quadro 05: Principais funções dos gestores descritas pelos voluntários.

Sobre o nível de escolaridade, os resultados seguem a mesma tendência dos papéis dos gestores. Não existe, na amostra coletada, um nível de escolaridade padrão, ou seja, que é mais frequente entre os gestores. Como podemos observar no Quadro 06, existem gestores graduados, pós-graduados e graduandos. Entretanto, todos são estudantes ou profissionais formados em Educação Física. Pode ser uma tendência ou exigência para execução deste cargo.

ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO ACADÊMICA			
<i>IES</i>	<i>ESCOLARIDADE</i>	<i>ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO</i>	<i>FORMAÇÃO ACADÊMICA</i>
IES 1	Ensino superior completo	Não	Educação Física
IES 2	Mestrado	Não	Educação Física
IES 3	Ensino superior incompleto	Não	Educação Física
IES 4	Ensino superior completo	Sim	Educação Física
IES 5	Doutorado	Sim	Educação Física
IES 6	Doutorado	Sim	Educação Física

Quadro 06: Quadro referente ao nível de escolaridade e formação acadêmica

Por fim, para finalizar a apresentação dos dados sobre o perfil do gestor de esportes das IES, pode-se destacar que todos são do sexo masculino (n=6) e possuem idades que variam muito em virtude dos diferentes graus de escolaridades. As idades dos gestores estão entre 24 e 53 anos (média=42,83). Como mostra o quadro 7 abaixo a experiência ou o tempo à frente do cargo de gestor na universidade varia tal qual a diferença de idade:

IES	IDADE (anos)	TEMPO NO CARGO	SEXO
IES 1	40	Mais de 5 anos	Masculino
IES 2	53	Entre 2 e 5 anos	Masculino
IES 3	24	Entre 1 e 2 anos	Masculino
IES 4	36	Menos de 1 ano	Masculino
IES 5	51	Entre 1 e 2 anos	Masculino
IES 6	53	Mais de 5 anos	Masculino
MÉDIA	42,83		
DP	±11,69		

Quadro 7: Quadro referente a idade dos gestores, tempo no cargo e sexo.

Um dado interessante do quadro apresentado, referente ao tempo no cargo, nos mostra que, apesar de 5 IES possuírem gestões institucionais (funcionários concursados), a maioria dos gestores estão no cargo a pouco menos de dois anos, ou seja, são gestores que estão iniciando as ações nas diretorias de suas IES.

O conhecimento do papel dos gestores esportivos na coordenação e gestão esportiva é um tema central no âmbito da psicologia do esporte se aceitar que, as suas ações implicam não só a gerência e organização de todos os membros envolvidos, mas também gera um efeito sobre o desenvolvimento psicológico dos atletas, seja através da transmissão de um conjunto de princípios e valores acerca do esporte, seja pela maneira como os ajudam a lidar cada vez mais de forma eficaz com as crescentes exigências da competição.

5.3 E-MEC

Na seleção amostral das IES participantes desta pesquisa, as IES foram relacionadas por meio de uma pesquisa no banco de dados oficial do Ministério da Educação (MEC) chamado E-MEC.

Este sistema divide as instituições em 7 Categorias Administrativas (Pública Municipal, Pública Federal, Pública Estadual, Privada sem fins lucrativos, Privada com fins lucrativos, Privada beneficente e Especial) e 4 Organizações Acadêmicas (Faculdade, Centro Universitário, Institutos Federais e Universidades) para serem usados como filtros nas pesquisas

Para esta pesquisa foram consideradas todas as IES denominadas “Universidades”. Não foram escolhidas outras Organizações Acadêmicas por entender que a relevância de alunos matriculados nas Universidades é maior se comparado, por exemplo, com as Faculdades. Como ilustrado pelo Gráfico 02 abaixo e de acordo com o Censo de Educação Superior (2015) de 2013:

Embora que 84,3% das IES sejam faculdades, concentram apenas 29,2% do total de matrículas. Por outro lado, são as universidades, que apesar de representarem um pequeno percentual das IES, 8,2%, concentram 53,4% das matrículas (CENSO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2015).

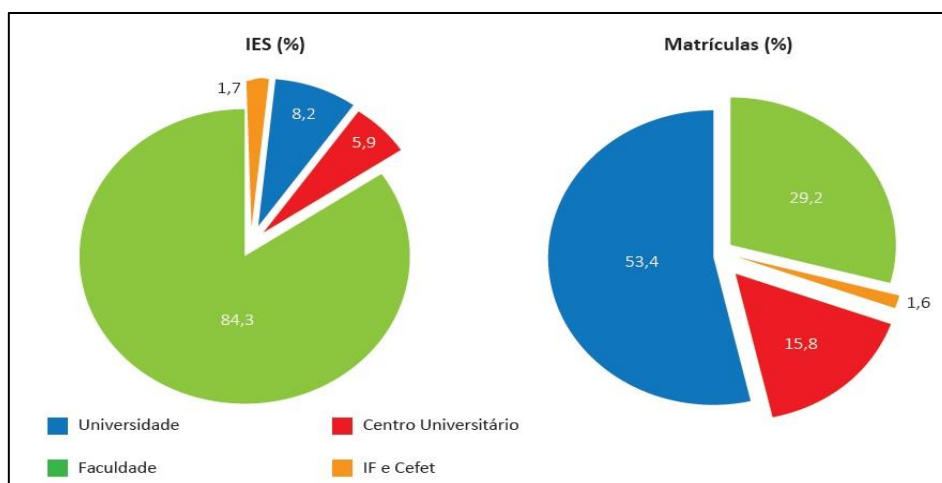


Gráfico 02: Percentual do número de IES e Percentual do número de matrículas (CENSO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2015).

A coleta de dados só foi iniciada após a identificação dos gestores por meio de contatos de e-mails institucionais e a obtenção de autorização e consentimento livre e esclarecido (anexo ao instrumento de coleta) dos sujeitos aceitando participar da pesquisa.

5.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Em virtude da utilização do método netnográfico para esta pesquisa, toda a seleção amostral e coleta de dados foi realizada pela internet. A coleta de dados foi composta por aplicação de um questionário digital (misto e estruturado) por uma rede de sociabilidade virtual. Segundo Fragoso, Recuero e Amaral (2011) essa rede é mantida pela interação entre os usuários, portanto, a aplicação de instrumentos de coleta de dados em grupos de discussão sobre o tema em redes sociais, pode gerar novas ideias e facilitar sua aplicação.

Segundo Gil (1994), o questionário constitui hoje uma das mais importantes técnicas disponíveis para obtenção de dados nas pesquisas sociais. Marconi e Lakatos (1999) corroboram com Gil (1994), ao afirmarem que:

O questionário é um instrumento desenvolvido cientificamente, composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 1999, p.100)

Para a criação e formatação dos eixos temáticos abordados no instrumento e aferir se todos os pressupostos considerados essenciais para esta pesquisa se

encontravam contemplados, foi realizada uma revisão por um grupo de pesquisadores e profissionais da área (n=3). Após a criação da primeira versão, o mesmo passou por uma coleta teste em uma Universidade, que não constará nos resultados finais desta pesquisa, para analisar a qualidade do entendimento das questões. Somente após este processo o instrumento foi enviado aos participantes. A carta de avaliação do instrumento enviada aos pesquisadores segue no capítulo Anexo desta tese (anexo 01)

Segue abaixo os procedimentos para construção do instrumento:

1. Descrição do tema central a ser pesquisado e dos objetivos a serem alcançados,
2. Seleção dos especialistas/juizes (n=3) para desenvolvimento do instrumento,
3. Seleção dos principais medidores de esforço voltado para obter uma visão geral da gestão pública do esporte universitário,
4. Definir a matriz analítica dos medidores de esforço e de realização (qual informação deve ser coletada e por que deve ser coletada?)
5. Analisar a objetividade dos questionamentos para a análise dos dados por meio da aplicação do instrumento em uma Universidade (coleta-teste) visando assegurar e corrigir qualquer falha.

O instrumento intitulado de **Inventário de Mapeamento da Gestão Pública - Esporte Universitário (IMGP-EU)** possui 55 perguntas (abertas e fechadas). Em geral, as questões fechadas possuem uma alternativa “outros” para dar liberdade aos participantes de não ficarem restritos às opções propostas pelo autor. Estas perguntas são organizadas em 6 Eixos Temáticos, conforme a síntese descrita no Quadro 08:

EIXOS TEMÁTICOS	CONTEÚDOS CENTRAIS	QTD DE QUESTÕES
1. INFORMAÇÕES SOBRE O GESTOR RESPONSÁVEL	▪ Perfil do gestor esportivo ▪ Experiência e formação acadêmica	06
2. INFORMAÇÕES SOBRE A IES	▪ Localidade ▪ Quantidade de alunos ▪ Quantidade de cursos ▪ Quantidade de campus	10
3. CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DO ESPORTE NA UFES	▪ Modelo de gestão ▪ Características do setor responsável ▪ Recursos Humanos ▪ Publicidade ▪ Avaliação	19

	▪ Associativismo Estudantil	
4. ESTRUTURA FÍSICA PARA A PRÁTICA ESPORTIVA	▪ Quantidade de estrutura física ▪ Nível de estrutura física ▪ Disponibilidade dos espaços físicos	05
5. VERBAS E FORMAS DE FINANCIAMENTO PARA O ESPORTE	▪ Fontes de financiamento ▪ Bolsas para atletas (mérito esportivo) ▪ Estimativa de orçamento anual para esporte	06
6. PROJETOS ESPORTIVOS DESENVOLVIDOS	▪ Projetos desenvolvidos ▪ Expectativa de público atendido ▪ Principais modalidades praticadas ▪ Filiações a federações ▪ Avaliações e teste físicos ▪ Incentivo a equipes não federada ▪ Reconhecimento a nível estadual e nacional	09

Quadro 08: Conteúdo do instrumento “**Inventário de Mapeamento da Gestão Pública - Esporte Universitário**” e seus Eixos Temáticos.

5.5 PROCEDIMENTOS

Foi utilizado neste trabalho o método netnográfico, em virtude de suas vantagens propiciarem uma maior aplicabilidade em uma amostra grande e de regiões distintas e distantes, por ser uma forma de experimentação do uso de uma tecnologia, por ser eficaz para mapear o perfil dos usuários de uma plataforma de sociabilidade virtual e garantir o anonimato das respostas, podendo obter assim uma maior veracidade nos questionamentos.

Segundo Fragoso, Recuero e Amaral (2011), a netnografia é um neologismo criado no final dos anos 90 (net + etnografia) para demarcar as adaptações do método etnográfico em relação, tanto a coleta e análise de dados, quanto à ética da pesquisa.

Na visão de Kozinets (1997) apud Pinto et al. (2007):

A “netnografia” pode ser utilizada de três maneiras: a) como metodologia para estudar ciberculturas e comunidades virtuais puras; b) como metodologia para estudar ciberculturas e comunidades virtuais derivadas; e c) como ferramenta exploratória para estudar diversos assuntos (KOZINETTS, 1997 apud PINTO et al. 2007).

Segundo Kozinets (1998) e Aguiar (2007) apud Machado, Zanetti e Moiola (2011) os problemas são os mesmo em pesquisas realizadas no virtual e real. Uma vez que não se dispõe de meios eficientes e eficazes para constatação do inadequado, deve-se lançar mão de mais recursos, mais tecnologias, que tentam cercar o objeto de estudo com mais precisão, a ponto de diminuir as possibilidades de enganos.

Após a realização e conclusão de todos os procedimentos para elaboração do instrumento, foi realizado um levantamento, por meio de uma consulta ao sistema E-MEC, com o objetivo de conhecer, identificar e enumerar quais são as IES denominadas *Universidades Públicas Federais*.

Após o processo de identificação das universidades, que atenderam as condições necessárias para a coleta de dados, o próximo passo foi listar todas as IES que se enquadrem no Universo da pesquisa e assim realizamos o primeiro contato por e-mail com o setor responsável pela coordenação dos projetos esportivos dentro de cada IES ou a AAA responsável explicando todos os objetivos e procedimentos do trabalho solicitando autorização para realização do estudo dentro daquela instituição.

Obtida a autorização e depois de realizar este primeiro contato com a IES foram identificados os agentes responsáveis pela gestão e execução dos projetos esportivos por nível de hierarquia. Estes agentes, chamados nesta pesquisa de *Gestores Esportivos (GE)*, podem ser tanto um servidor da IES quanto um representante dos alunos por meio da AAA. Estes GE foram convidados a participar de um grupo de discussões na rede social Facebook chamado de Pesquisa Esporte Universitário, criado exclusivamente para coleta de dados desta pesquisa e concentração da amostra.

Para esta pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) está inserido no cabeçalho do instrumento. Este cabeçalho contém todas as informações sobre o projeto: entidade proponente, objetivos, forma de análise dos dados etc. Enfim, no corpo do texto contendo o TCLE, apresenta a informação de que, caso o participante concorde em participar da pesquisa, o envio da resposta para o banco de dados será considerado como a assinatura de autorização. Esta é uma característica das pesquisas usando a netnografia onde se busca a facilitação da assinatura do aceite para participar da pesquisa.

No quadro 09, está descrito o esquema organizacional dos procedimentos explicando cada ação realizada na coleta de dados.

ETAPAS	AÇÕES	OBJETIVOS
1ª etapa	Criar instrumento para a coleta de dados.	Procedimento de criação, aplicação e avaliação dos eixos temáticos e questões.
2ª etapa	Identificar e listar as IES por meio do sistema E-MEC	Definir o número de instituições que farão parte da pesquisa.
3ª etapa	Entrar em contato com o setor responsável da IES	Solicitar autorização para realização da pesquisa.
4ª etapa	Identificar o funcionário ou aluno responsável pela gestão do esporte	Entrar em contato por e-mail

5ª etapa	Criação de um grupo de discussão Virtual.	Concentração da amostra e facilitar a aplicação do instrumento.
6ª etapa	Aplicar o Inventário de Mapeamento da Gestão Pública - Esporte Universitário (IMGP - EU).	Conhecer as características do gestor esportivo bem como tipo de modelo de gestão desportiva, quantidade de alunos, características estruturais para a prática de esporte, projetos esportivos realizados anualmente e competições universitárias que participa.

Quadro 09. Quadro demonstrativo das etapas do procedimento de coleta de dados.

5.6 ANÁLISE DOS DADOS

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS

Foi realizada uma análise estatística descritiva dos dados objetivos: percentual, médias e desvio-padrão das respostas dos participantes sendo apresentado os resultados em forma de gráficos e tabelas. O uso destas análises estatísticas simples serve para descrever melhor as características dos dados permitindo realizar uma inferência ou generalização caso a amostra represente um grupo maior (THOMAS e NELSON, 2002). Estas análises foram realizadas utilizando o software Microsoft Excel®.

ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS

O método de análise qualitativa dos dados que foi abordado nesta pesquisa é a Análise de Conteúdo (FRANCO, 1994). Este método foi utilizado para melhor ler e interpretar dados qualitativos e possui a vantagem de realizar uma abordagem objetiva e sistêmica dos dados. A característica principal desta análise é a realização de inferências (características do texto, causas e antecedentes da mensagem e feitos da comunicação).

Para Bardin (2011), o termo análise de conteúdo designa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Segundo Bauer e Gaskel (2002) a análise de conteúdo não deve se restringir a uma análise estatística das características do texto, é necessário dar uma atenção ao tipo e qualidade do mesmo. Portanto, a análise de conteúdo é uma técnica para produzir inferências sobre seu contexto. Existem dois tipos de textos que podem ser analisados por este método: o texto produzido na pesquisa (entrevista e questionário) ou textos produzidos para outras finalidades.

A representação, o tamanho da amostra e a divisão em unidades dependem, em última instância, do problema de pesquisa, que também determina o referencial de codificação (BAUER; GASKELL, p. 198, 2002).

- a) Transcrição das respostas para uma planilha *Excel*;
- b) Tratamento estatístico das unidades do texto (categorização das respostas);
- c) Análise sintática (formas de expressão, frequência de palavras, ordem, tipos de palavras) das respostas e;
- d) Análise semântica (relaciona-se com o que é dito no texto, os temas e avaliações) das respostas.

Após estas duas análises (sintática e semântica) é possível traçar um perfil ou comparar suas características para identificar um contexto (inferência básica). O método prevê que não podemos ficar presos somente a uma análise descritiva dos dados. Deve-se realizar o máximo de inferências e analisar o conteúdo de cada resposta em seu sentido individual e único (BAUER; GASKELL, 2002).

Em seguida segue os resultados de uma pesquisa exploratória que mostra a realidade das IES Públicas em participações no JUB's (2013, 2014 e 2015). Os resultados desta pesquisa exploratória são importantes para servir de referência aos resultados desta tese.

6. PESQUISA EXPLORATÓRIA 01

6.1 NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO E DESEMPENHO ENTRE UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NOS JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS

Como já apresentado, a CBDU, o órgão máximo do esporte universitário no Brasil, organiza eventos esportivos universitários a níveis regionais e nacionais, ficando a cargo das FUE organizarem suas respectivas competições estaduais.

A participação de IES com categorias administrativas diferentes (Públicas x Privadas) nestas competições, sem distinções, é a hipótese para a diferença no nível de competitividade entre as IES e a justificativa pela qual se sustenta a ideia de que é necessária a realização de competições diferentes para tipos de IES existentes.

O que será apresentado agora foi uma pesquisa exploratória realizada com o intuito de demonstrar o nível de participação das IES públicas e avaliar a realidade do principal evento esportivo universitário do Brasil: os Jogos Universitários Brasileiros (JUB's).

Foram utilizados dados dos boletins oficiais das últimas 3 edições dos JUB's (2013, 2014 e 2015) disponibilizados pela CBDU. Foram analisados os resultados e as participações das IES públicas e privadas nas 4 modalidades coletivas de quadra (handebol, futsal, basquete e vôlei).

O primeiro objetivo desta pesquisa foi de analisar e comparar o nível de participação, desempenho e competitividade entre as IES públicas e privadas. O segundo foi o de quantificar o nível de participação de IES públicas por estado nestas modalidades.

Os resultados serão apresentados por meio de uma análise descritiva dos dados por meio de gráficos e tabelas:

1. O quadro 10, logo abaixo, referente ao percentual de participações das IES mostra que durante os últimos 3 anos a realidade se manteve quase que inalterada. A maioria (cerca de 60%) de IES que participam dos JUB's é de Caráter Administrativo Privado. Uma das hipóteses deste resultado é que ele reflete a realidade atual do Ensino Superior no Brasil que tem em sua maioria de IES Privadas. Segundo Mancebo, Vale e Martins (2015), existe uma tendência do aumento de instituições privadas. Em 2010 cerca de 25,8% de matrículas foram realizadas em IES públicas e 74,2% nas IES privadas.

% DE PARTICIPAÇÃO POR TIPO DE IES			
TIPOS DE IES	2013	2014	2015
IES PÚBLICA	37%	40%	41%
IES PRIVADA	63%	60%	59%

Quadro 10: Percentual de participação de IES Públicas e Privadas no JUB's (2013, 2014 e 2015).

2. Apesar do número de participações de IES Públicas serem próximos de 50% se comparado com as IES Privadas, esta participação não é representativa em número total de instituições. Pode-se afirmar isso ao analisar o número total de participações de IES Públicas (n=226) e verificar que as 10 IES Públicas que obtiveram um número maior de participações representa quase 50% (n=108) do total de 45 IES Públicas que tiveram pelo menos 1 participação.

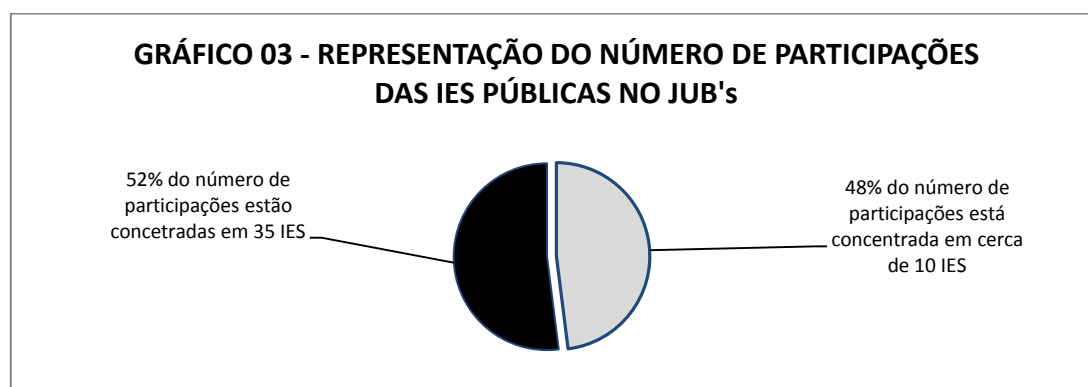


Gráfico 3 – Representatividade das 45 IES Públicas participantes do JUB's nos anos coletados.

3. Com relação ao desempenho dos participantes, percebe-se que as diferenças entre as IES são maiores. Os JUB's se dividem em divisões de acordo com o desempenho: 1ª, 2ª e 3ª divisões, sendo que na 1ª divisão encontram-se as melhores IES e na 3ª as piores, como em competições de esportes oficiais. O Gráfico 04 mostra que na 1ª Divisão o número de participações de IES Privadas fica em média de 90%, já as IES Públicas têm pouquíssima representatividade nesta divisão com cerca de 10% das participações. Este cenário vai invertendo-se de acordo com sequência das Divisões. Na 2ª Divisão, as participações quase se igualam com média de 55% de IES Privadas e 45% de IES Públicas. Já na 3ª Divisão a maioria das Representações é de IES Públicas, cerca de 61% em média contra 39% de IES Privadas.

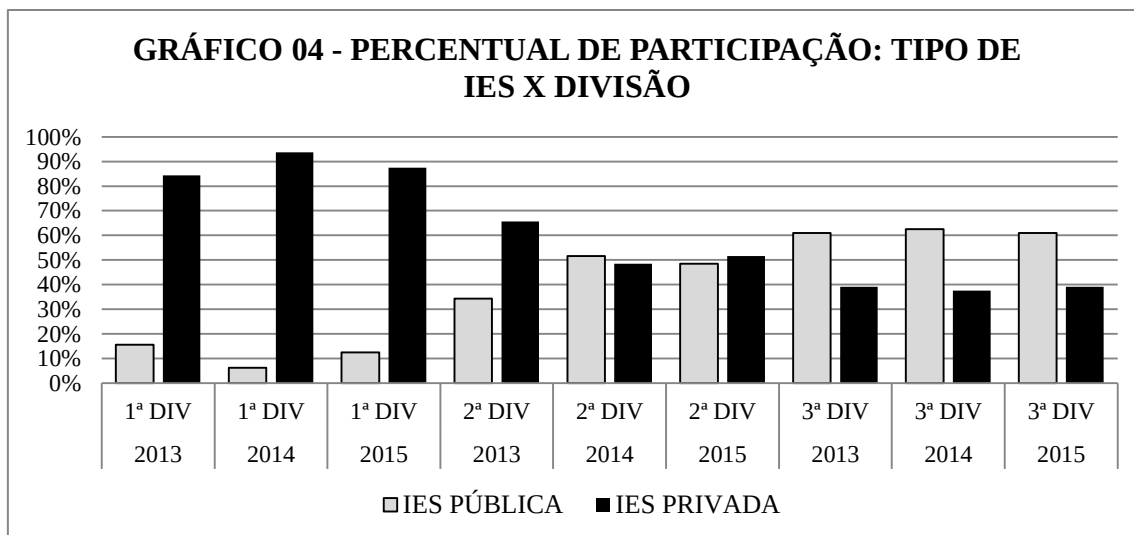


Gráfico 04: Comparação de rendimento entre as IES Públicas e Privadas de acordo com as 3 Divisões do JUB's (2013, 2014 e 2015).

4. Em última análise dos dados coletados, pudemos avaliar, de acordo com o gráfico 05, a quantidade de participações de IES Públicas por estado. Minas Gerais é o estado com maior número de participações. Este cenário pode ser explicado pelo fato de MG ser o estado com o maior número de IES Públicas do Brasil (17 IES), segundo Censo de Educação Superior 2013 (2015). Outro fato que merece destaque são os estados de Pernambuco, Rondônia e São Paulo não terem participado, em nenhum dos 3 anos pesquisados, com IES Públicas nas modalidades coletivas. Isso mostra que estes 3 estados merecem estudos futuros para identificar quais os motivos levaram a esta realidade.

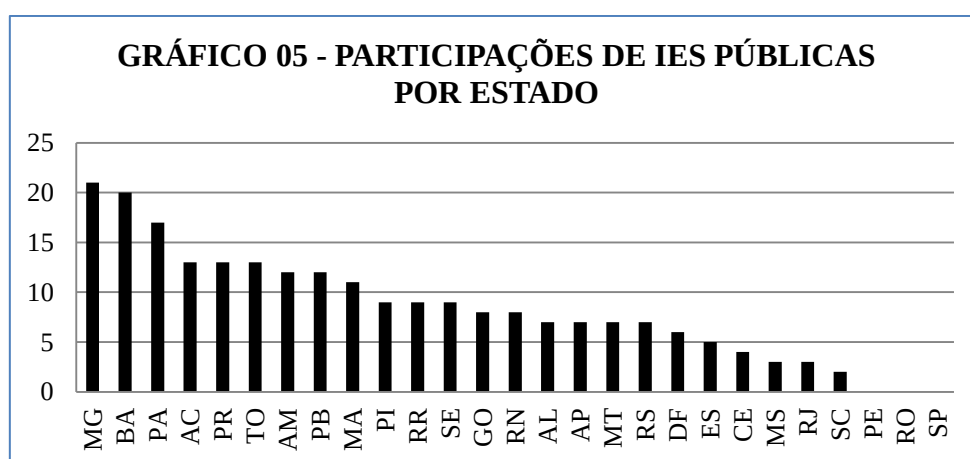


Gráfico 05: Representação do número de participações de IES Públicas por estado nos JUB's (2013, 2014 e 2015).

Após a análise descritiva dos dados, pode-se concluir que é desproporcional o nível de rendimento e de qualidade entre as IES do Brasil. Vários motivos podem

influenciar para que, em competições como os JUB's, o desempenho entre elas seja tão diferente ao ponto de indicarmos que é necessária a criação de eventos esportivos distintos para contemplar os dois públicos. Dentre os motivos, podemos deduzir o seguinte: 1) falta de uma política pública que incentive a prática de esportes competitivos e treinamento de equipes; 2) definição de uma rubrica no orçamento da IES destinada a uma Bolsa-Atleta que valorize o mérito esportivo do mesmo; 3) diferenças na forma de acesso ao Ensino Superior. Enquanto as IES Privadas podem fornecer bolsas de estudos e indicar atletas federados para compor seu elenco e melhor o desempenho de suas equipes visando uma maior visibilidade e publicidade da instituição, a IES Pública depende do acesso do estudante-atleta por meio de vestibular e/ou ENEM; 4) falta de pessoal capacitado para fazer a gestão de esporte nas IES Públicas e 5) espaços físicos para esporte inadequados ou insuficientes para a realização de treinamentos e competições.

Azevêdo (2008) corrobora com os fatos destacados nesta pesquisa quando aponta que apenas as IES Privadas vêm se beneficiando de forma integral e se destacam no cenário esportivo universitário justamente por terem condições peculiares e menos burocráticas para a formação de suas equipes esportivas.

Em um estudo de Toledo (2006), o autor mostra que, os fatos que diferenciam as IES Públicas das IES Privadas e que ajuda na diferença de profissionalização é que as instituições Privadas usam o esporte como marketing para divulgar sua marca e atrair novos alunos segmentando assim seu público-alvo. Desta forma, transformam o esporte em um “bom negócio”.

Já nas IES Públicas, o que podemos observar é a realização e manutenção das atividades de acordo com a demanda ou vontade do gestor. A mesma não tira proveitos com marketing ou prospecção de alunos. Em virtude de processos seletivos diferenciados estas instituições não podem segmentar seu público-alvo.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão apresentados os resultados e consequentemente as discussões dos dados coletados. Como já explicitado nos Procedimentos Metodológicos, foi aplicado um questionário semi-estruturado com os principais gestores do esporte em Universidades Federais, os quais são responsáveis pelo planejamento, coordenação e execução dos projetos esportivos. Os gestores foram indicados pelas FUE de cada estado.

Inicialmente, como mostra o quadro 11 abaixo, serão apresentados resultados de seis Universidades Federais de 5 regiões distintas do Brasil (figura 02). As Universidades foram escolhidas aleatoriamente para atender a meta pelo menos uma instituição em cada região do país:

SIGLA	NOME OFICIAL	CIDADE	ESTADO	REGIÃO
UFC	Universidade Federal do Ceará	Fortaleza	Ceará	Nordeste
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Sul
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	Vitoria	Espírito santo	Sudeste
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Sudeste
UFAC	Universidade Federal do Acre	Rio Branco	Acre	Norte
UFG	Universidade Federal de Goiás	Goiânia	Goiás	Centro-Oeste

Quadro 11: Relação das IES que participaram da pesquisa bem como suas cidades, estado e região.



Figura 02: Mapa das regiões do Brasil e a identificação dos estados das IES contempladas pela pesquisa

Vale ressaltar que todas as IES que participaram desta pesquisa são filiadas a CBDU. De acordo com dados colhidos no próprio site da confederação e confirmados posteriormente por meio de contato direto, todas as IES filiadas pagam uma anuidade para poderem participar das competições organizadas tanto pela FUE e pela CBDU. Essa anuidade é uma taxa fixa que visa financiar ações da FUE e reafirmar a filiação das IEs.

Para melhor entendimento e apresentação dos resultados, os mesmos serão divididos em 4 partes e ao final será feita uma síntese de cada Eixo Central. Para cada parte específica serão usados gráficos, quadros e tabelas dos dados recolhidos. As respostas abertas serão categorizadas. Segue abaixo a ordem de apresentação dos resultados (figura 03).

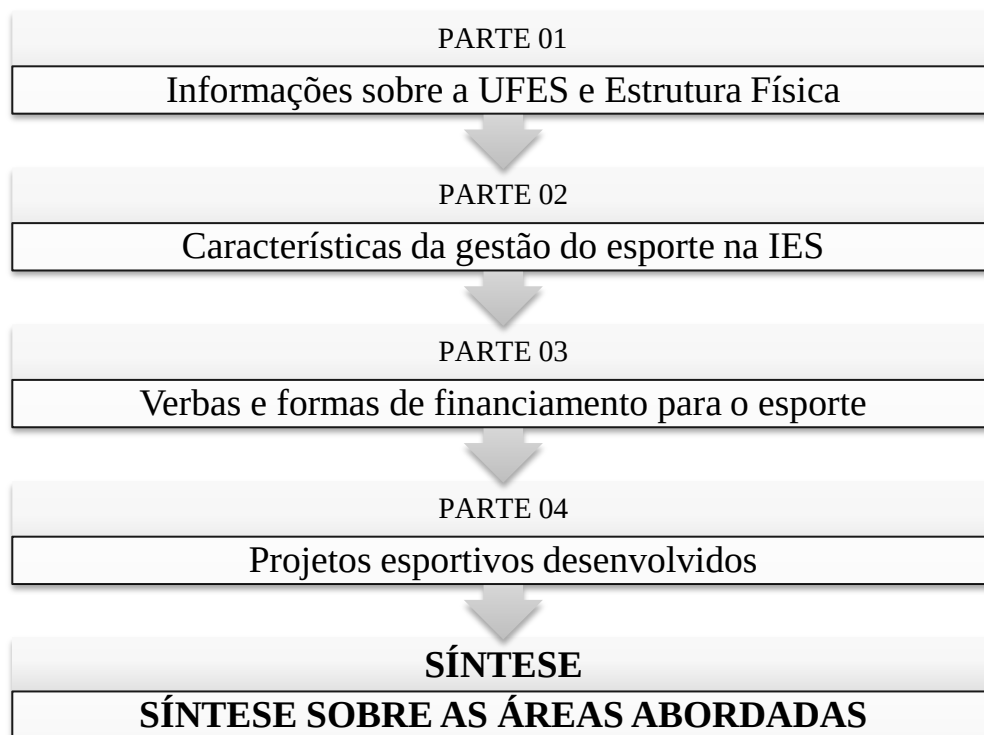


Figura 03: Ordem de apresentação dos resultados com suas respectivas temáticas

PARTE 01: INFORMAÇÕES SOBRE A UFES E ESTRUTURA FÍSICA

A Parte 1 da apresentação dos resultados possui como objetivo descrever as características gerais das universidades federais que participam do esporte universitário oficial no Brasil. Estas características que serão apresentadas darão um parâmetro do tamanho da IES, sua localização no estado e sua representatividade.

Como já explicitado, coletamos 1 universidade federal por região do país. Exceto na região sudeste que foram duas universidades. Uma característica semelhante a todas as IES pesquisadas é a de que seu campus principal encontra-se na capital do estado. Este era um resultado esperado por que, com exceção de Minas Gerais, todos os outros estados possuem a maioria de suas universidades federais localizadas na sua capital.

Em sua maioria, a expansão das Universidades Federais se deu nas capitais e cidades de grande e médio porte. Uma exceção que cabe ressaltar é no estado de Minas Gerais que possui cerca de 13 universidades federais e a maior parte se localiza em cidades do interior.

Além disso, das 6 IES pesquisadas, 5 são consideradas grandes universidades (acima de 20.000 alunos) e referências em seus estados em virtude de seu tamanho (quantidade de alunos e cursos de graduação), como mostram os gráficos 06 e 07:

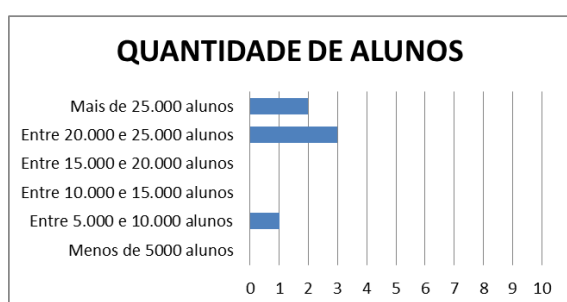


Gráfico 06: Quantidade total de alunos nas IES pesquisadas

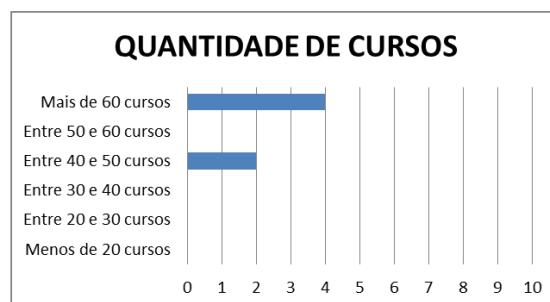


Gráfico 07: Estimativa de quantidade de cursos nas IES pesquisadas

Segundo os gráficos 06 e 07, as universidades possuem mais de 20 mil alunos distribuídos em mais de 60 cursos cada. Apenas uma IES se denominou “Unicampi”, com sua sede na região metropolitana da capital. Todas as outras universidades (n=5) se denominaram Multicampi, ou seja, cada uma delas possui campi distribuídos em cidades do interior do estado.

O fato das universidades pesquisadas serem consideradas de grande porte multicampi, subentende-se que existe uma demanda para a prática de esporte e uma estrutura consolidada para tal.

Para atender uma demanda tão grande de alunos, as IES precisam ter estruturas físicas destinadas para a prática esportiva (ginásios, quadras, piscinas, pista de atletismo etc.) e não só em quantidade, mas em qualidade e que as mesmas estejam disponíveis para tal.

Uma boa estrutura física é primordial para uma boa execução de projetos voltados para o esporte. Portanto, foi questionado aos gestores se existe ou não estruturas físicas disponíveis para a boa execução de projetos esportivos em sua IES.

Infraestrutura esportiva corresponde ao conjunto de instituições e de instalações físicas destinadas a promover e garantir a prática regular de esportes. As instituições abrangem o círculo restrito dos clubes esportivos; as atuais “escolinhas”, cada vez mais disseminadas; as redes pública e privada de ensino; as universidades e as entidades de gestão do esporte, em níveis municipal, estadual, nacional e internacional.

Como mostra o gráfico 08, cerca de 83% das IES afirmam possuir uma estrutura adequada para a prática de esportes.



Gráfico 08: Existência de estrutura física para a prática de esportes nas IES pesquisadas.

Não basta apenas tomarmos ciência sobre a existência ou não de estruturas para a prática de esporte. Com o objetivo de conhecer a estrutura física de todas as IES, pedimos para os gestores descreverem detalhadamente cada espaço destinado para a prática esportiva. Com base nas respostas, será possível traçar um perfil de cada IES referente à quantidade e finalidade dos espaços, como mostra o quadro 12 abaixo:

ESPAÇO FÍSICO	IES					
	A	B	C	D	E	F
Ginásio poliesportivo (com cobertura)	2	1	0	1	0	2
Quadra poliesportiva (sem cobertura)	0	0	0	2	1	5
Quadra poliesportiva (com cobertura)	0	2	0	0	1	0
Quadra para Vôlei de areia	0	0	0	1	1	0
Pista oficial de atletismo	1	1	0	0	0	1
Campo oficial de futebol	1	1	0	1	0	1
Piscina (50m)	0	0	0	0	0	1
Piscina (25m)	1	1	0	1	1	0
Piscina com dimensões reduzidas	0	1	0	0	0	0
Sala de Xadrez	1	0	0	1	0	0
Sala de Lutas	1	0	0	1	0	0
Sala de Musculação	0	1	0	1	0	0
TOTAL DE ESPAÇOS	7	8	0	9	4	10

Quadro 12: Relação de estrutura física para à prática de esportes encontrada nas IES.

A quantidade de espaços destinados para a prática de esporte nos mostra o interesse de investimento nesta temática, mas, por outro lado, não demonstra uma heterogeneidade no foco dado às modalidades. Por exemplo, a IES F descreveu ter a maior quantidade de espaços, entretanto, mais da metade dos locais são destinados para esportes de quadra. Atividades como natação, lutas, xadrez e musculação não são contemplados.

Segundo Veloso (2005), a existência de instalações esportivas, de certa forma, permite com que o aluno desenvolva um sentimento de pertencimento e uma identidade para com a IES e com a cidade, sendo assim, um grande motivo para manter a boa qualidade dos espaços.

Entretanto, avaliar somente a quantidade de espaços não determina se uma IES possui condições ideais para a execução de projetos esportivos. É primordial entendermos o nível de disponibilidade (horários livres destinados à prática de esportes) e a qualidade (conservação) dos espaços conforme gráficos 09 e 10:

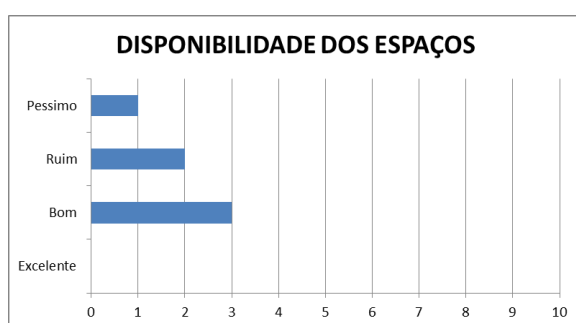


Gráfico 09: Nível de disponibilidade de espaços esportivos encontrados nas IES pesquisadas

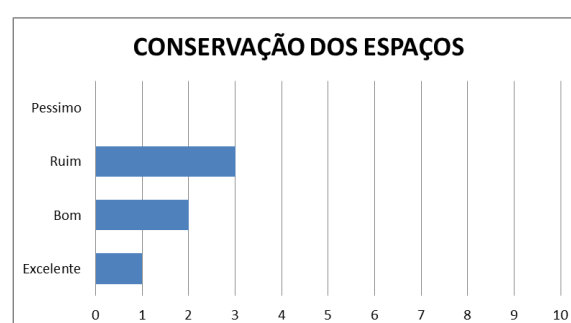


Gráfico 10: Nível de conservação dos espaços esportivos encontrados nas IES pesquisadas

De acordo com os gráficos 09 e 10, enquanto a conservação dos espaços é considerada boa ou excelente por metade das IES a disponibilidade e acesso dos espaços são considerados ruins e péssimos. Muito deste problema se dá em virtude da prioridade dada para os cursos de graduação em Educação Física que dividem o mesmo espaço com os projetos esportivos.

Veloso (2005) também corrobora em seu trabalho com a questão da disponibilidade dos espaços, Ele considera primordial que a escolha dos horários das respectivas estruturas seja feita primeiramente pelas equipes esportivas. Neste sentido, o problema de coincidência de horários com a parte acadêmica seria inexistente.

Este problema é recorrente dentro das IES federais, pois, as estruturas esportivas usadas como salas de aula pelos cursos de Educação Física são os mesmos locais usados para realização dos projetos de esporte e lazer para a comunidade acadêmica. Isso implica em dois problemas eventuais: conflito de horários e espaços com dimensões reduzidas próprias para aulas e pouco eficientes para torneios e treinamentos de equipes.

De acordo com o gráfico 10, o nível de conservação dos espaços também está equilibrado. Metade das IES declarou ter condições ruins de níveis de conservação e a outra metade declara ter condições relativamente boas. Enfim, não se pode chegar a uma conclusão exata com esses dados.

As duas primeiras partes da apresentação dos resultados desta pesquisa focaram nos aspectos físicos e de recursos humanos das IES por entender que estes pontos formam uma base para que os modelos de gestão, formas de financiamento e projetos desenvolvidos sejam realizados. Estas temáticas serão apresentadas em seguida.

PARTE 02: CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DO ESPORTE NA IES

A Parte 2, referente às Características da Gestão do Esporte nas IES, reúne um conjunto de questões consideradas primordiais para se entender melhor quais os modelos de gestão são aplicados, quais os setores são responsáveis pela sua condução, à forma como os gestores são escolhidos, de que forma o esporte universitário é tratado (extensão ou assistência estudantil), se a IES incentiva o Associativismo Estudantil e por fim, se existem regras, regimentos e políticas que norteiam as atividades realizadas.

Uma das hipóteses levantadas por esta tese é a de que não existe uma uniformidade ou características comuns que norteiem toda a estrutura gerencial das IES.

De acordo com a literatura pesquisada e a experiência do autor, existem 3 tipos de gestão: Discente, Institucional e Mista. Das 6 IES estudadas até o momento, 3 possuem gestão institucional, duas possuem gestão discente e apenas uma se considera como gestão mista. Em virtude deste fato, não existe uma congruência também na nomenclatura dos órgãos responsáveis por esta gestão, são eles: Coordenadoria, Diretoria, Associação Atlética Acadêmica Central e Superintendência. Estas diferenças de nomenclatura mostram o grau de importância que o esporte tem para cada uma.

Toledo (2006) reforça o discurso de uma ligação direta entre os departamentos de esportes e diretoria de planejamento das IES, ou seja, dependendo da estrutura organizacional da universidade, o esporte pode estar subordinado às instâncias maiores de poder e recursos financeiros, ou em outras, é um departamento independente que conta com recursos próprios ao longo do ano.

Como mostra o Quadro 13, os tipos de órgãos ou setor responsáveis são determinados pelo seu tipo de gestão adotado:

MODELO DE GESTÃO		SETOR RESPONSÁVEL
IES 01	Discente (responsabilidade de Associações Atléticas Acadêmicas - AAA)	Associação Atlética Acadêmica Central
IES 02	Discente (responsabilidade de Associações Atléticas Acadêmicas - AAA)	Associação Atlética Acadêmica Central
IES 03	Institucional (responsabilidade de um setor institucionalizado da IES)	Diretoria
IES 04	Institucional (responsabilidade de um setor institucionalizado da IES)	Superintendência
IES 05	Institucional (responsabilidade de um setor institucionalizado da IES)	Coordenadoria
IES 06	Misto (responsabilidade de um setor da IES que gerencia diversas AAA)	Coordenadoria

Quadro 13: Relação dos modelos de gestão do esporte e o setor responsável

A evolução do esporte universitário exige de seus agentes uma maior profissionalização da gestão para se adquirir a capacidade de agir frente às mudanças do mercado. As Instituições Públicas de Ensino Superior, no campo da gestão esportiva, não tem a tradição de formular estratégias e avaliar resultados. Isso deve-se pelo fato de estas instituições não visarem o lucro e somente na manutenção das atividades (COLAÇO, FLECK, 2009).

Como já mencionado no capítulo referente à Revisão de Literatura, o esporte universitário é encontrado nas universidades sob a alçada de diversos setores: Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (3), Pró-reitoria de Extensão (1), DCE (1) e Faculdade de Educação Física (1). Estes resultados mostram e corroboram com o quadro 13, que, ainda não existe uma definição exata de qual setor é a responsabilidade pela gestão do esporte nas universidades. Entretanto, em todos estes setores os gestores principais ou coordenadores são nomeados e possuem um cargo de confiança. Nas gestões institucionais essa nomeação vem da pró-reitoria que a representa e nas gestões discentes são nomeados após o pleito de escolha da chapa do DCE ou da Atlética central que nomeia o coordenador.

Toledo (2006) reforça o discurso de uma ligação direta entre os departamentos de esportes e diretoria de planejamento das IES (em sua maioria IES particulares). Segundo o autor, dependendo da estrutura organizacional da universidade, o esporte pode estar subordinado às instâncias maiores de poder e recursos financeiros, ou em outras, é um departamento independente que conta com recursos próprios ao longo do ano.

INSTITUIÇÕES	TIPO DE VÍNCULO COM A IES
Universidade Paulista UNIP	Subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento Administração e finanças.
Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO	Subordinado à Coordenação Geral, mas também encaminha projetos diretamente aos donos da IES.
União Pioneira de Integração Social UPIS	Subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento Administração e finanças.
Centro Universitário do Distrito Federal UNIDF	Subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento, Administração e finanças.
Centro Universitário Augusto Motta UNISUAM	Subordinado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
Universidade Mackenzie MACKENZIE	Subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento, Administração e finanças.
Centro Universitário Sant'Anna UNISANT'ANNA	A A.A.A. se reporta diretamente à Reitoria.
Universidade Federal do Pará UFPA	Integra o organograma oficial da IES

Centro Universitário Vila Velha UVV	Não tem vínculo específico. Apenas o diretor de esportes se reporta à Direção.
Faculdade Maurício de Nassau MAURÍCIO DE NASSAU	Presta satisfações ao vice-diretor e ao diretor-geral da instituição.

Quadro 14: Tipos de vínculos dos setores de esporte com as IES
(TOLEDO, 2006 apud MANDARINO, 2013)

Enfim, aliado a essa indefinição de responsabilidades o esporte universitário fica a margem de três formas de prática: Assistência Estudantil (por meio de verbas do PNAES) (2), Extensão (por meio de verbas próprias da universidade ou parcerias) (2) e por atividades voluntárias ou iniciativa própria dos discentes (2). Esta indefinição prejudica, além de outros pontos, a verba destinada para o esporte ou financiamento.

Enquanto aquelas universidades que consideram o esporte como assistência estudantil e recebem verba própria para o esporte advindas do PNAES, outras, que consideram como extensão universitária dependem de vontade política da atual administração para que a verba necessária seja destinada aos projetos. Já as universidades que dependem de ações voluntárias dos discentes não utilizam verba para o esporte ou dão pouco apoio para os projetos. Portanto, essa indefinição pode ser um dos fatores do sucesso e do nível de infraestrutura de cada IES.

Entende-se, portanto, que aquelas universidades que consideram o esporte como extensão o está fazendo de forma equivocada, pois, não reflete o que o conceito destas atividades nos diz. Segundo Jezine (2004), extensão universitária possui tanto um caráter assistencialista ao atender a comunidade externa e também um caráter acadêmico na relação teoria-prática. Com esta visão assistencialista, os projetos de extensão são voltados para “intervenções extramuros”, não contemplando por fim a comunidade acadêmica.

Colaço e Fleck (2009) trazem um exemplo do desporto universitário em Portugal. Neste país, esse eixo esportivo é amplamente desenvolvido e apoiado pela alta gestão das instituições. Estas mesmas instituições buscam, como objetivo principal de suas atividades, buscar o reconhecimento de suas instituições por meio do contexto esportivo sem visar lucro.

Entendemos que o esporte, por si só, não é determinante para que o aluno passe a estudar numa instituição, por possuir equipes fortes e vitoriosas. Mas pressupomos a idéia de que aliado a outras estratégias poderão surgir oportunidades frente à concorrência, principalmente em função da exposição de uma marca e da realização de ações que vão ao encontro do público universitário que extrapole os bancos de sala de aula (MANDARINO, 2013)

Resumindo, sobre a gestão do esporte na universidade, detalhamos um pouco sobre tipos e modelos de gestão, setores responsáveis e finalidades. A partir deste ponto,

foram reunidos 6 itens que, de acordo com os professores que ajudaram na construção do instrumento, são importantes para uma boa condução das propostas planejadas. São eles: 1) Incentivo ao associativismo discente, 2) Possui conselho deliberativo ou consultivo, 3) Possui regimento ou normas internas, 4) Possui política de assistência estudantil, 5) Possui assento nos conselhos superiores e 6) Possui política de avaliação e de nível de satisfação dos alunos referente aos projetos executados.

Será apresentado agora um panorama geral da situação das IES estudadas de acordo com os 6 fatores que influenciam no planejamento e na tomada de decisões na execução dos programas e projetos desenvolvidos.

- 1) Incentivo ao associativismo discente: promover o incentivo às entidades estudantis e garantir que a universidade seja também uma escola de líderes deve ser uma das prioridades das instituições. Das IES estudadas, **metade não promove ou apoia a criação e manutenção de Entidades Estudantis.** As A.A.A. devem ser parceiras da Administração Superior cumprindo o papel fomentador dentro dos cursos de forma mais restrita.
- 2) Possui conselho deliberativo ou consultivo: A existência de conselhos deliberativos e/ou consultivos demonstra transparência e garantem que as decisões são tomadas democraticamente com normativas claras diminuindo assim a existência de projetos e programas de esporte executados de acordo com critérios subjetivos de seus gestores. Das IES estudadas, **nenhuma possui conselhos deliberativos ou consultivos.** Isso mostra que as decisões tomadas nas gestões não levam em consideração a opinião dos diversos cursos e setores da instituição aumentando as chances de tomadas de decisões equivocadas
- 3) Possui regimento ou normas internas: Este terceiro fator está diretamente ligada ao segundo. A não existência de conselhos consultivos e deliberativos impacta diretamente na existência de regimentos ou normas internas. A criação destes mecanismos de controle (regimento e normas internas) está ligada a um grupo de trabalho ou conselho. A não existência de regras claras de utilização dos espaços ou de definição de metas para o ano. Das IES estudadas, **nenhuma possui Regimentos ou Normas Internas.**

- 4) Possui política de assistência estudantil: A existência de uma política de assistência estudantil demonstra o interesse em apoiar as áreas contempladas pelo PNAES. Em síntese, O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. **Das seis IES estudadas, 4 possuem Políticas para Assistência Estudantil.**
- 5) Possui assento nos conselhos superiores: As Universidades Federais regem suas decisões por meio de conselhos superiores. Geralmente todos os integrantes da comunidade acadêmica têm assentos nestes conselhos: técnicos administrativos, docentes e discentes. O gestor esportivo ou algum representante de sua diretoria deve ter assento nestes conselhos pra se inteirar dos fatos do cotidiano acadêmico e poder expressar a opinião da comunidade esportiva. Das IES estudadas, **nenhuma possui assento nos conselhos superiores.**
- 6) Possui política de avaliação e de satisfação: A avaliação é um importante instrumento para se mensurar o nível de satisfação dos participantes do projeto e se os objetivos foram atendidos. Dessa forma o projeto pode ser melhorado no decorrer dos anos após a identificação dos erros. Das IES estudadas, **5 não possuem políticas de avaliação e satisfação dos participantes.**

A união destes 6 fatores e a sua realização dentro das IES seria um ponto muito importante para o sucesso de projetos e reconhecimento dos mesmo perante os conselhos superiores, comunidade externa e órgãos fiscalizadores. O cenário atual nos mostra que as universidades estudadas estão muito atrasadas no que se refere ao alcance de um modelo de gestão que seja democrático, consultivo, normativo e possível de ser avaliado.

O desenvolvimento e planejamento estratégico é um dos fatores mais importantes para o sucesso de uma organização. Para Colaço e Fleck (2009) esse planejamento estratégico consiste em definir e selecionar objetivos, posicionamento de serviços, avaliações etc. Rezende (2000) afirma também que o planejamento estratégico

deve ser global, amplo e abrangente, ou seja, deve atingir a todos os segmentos de uma organização.

PARTE 03: VERBAS E FORMAS DE FINANCIAMENTO PARA O ESPORTE

Nesta terceira etapa da apresentação dos resultados, poderemos ter um panorama geral da origem das verbas utilizadas no esporte universitário, o valor anual aproximado utilizado e se o gestor tem acesso a outras formas de financiamentos. Todas essas informações são complementares na busca por um entendimento das diferenças de gestão entre as IES.

As fontes de financiamento ao Esporte, como um todo, são diversas e podem ser obtidas por diferentes meios:

- a) Recursos Públicos Diretos da União, dos Estados e Municípios;
- b) Recursos Públicos de órgãos e instituições da administração indireta das esferas dos Municípios, dos Estados e da União;
- c) Recursos provenientes da vinculação de parte das receitas de impostos e taxas nas esferas de Municípios, Estados e União;
- d) Recursos provenientes de medidas de incentivo fiscal;
- e) Recursos provenientes da vinculação de parte das receitas de concursos de prognósticos, loterias e outras modalidades de apostas;
- f) Recursos provenientes de Fundos e outras medidas de fomento ao esporte e ao lazer;
- g) Recursos provenientes de linhas de crédito e incentivos a toda a cadeia produtiva vinculada ao segmento.

Seguindo as respostas colhidas sobre outros aspectos ligados a gestão do esporte nas universidades federais, a origem de financiamento também não possui um meio único padronizado usado pelas IES. Metade das IES pesquisadas (n=3) utiliza como principal fonte de financiamento as verbas advindas do PNAES somados a recursos próprios da IES. As outras IES possuem respectivamente as seguintes fontes de receita: 100% recursos próprios, taxas de inscrições pagas pelos estudantes e parceria com a iniciativa privada.

Enfim, as formas de financiamento influenciam diretamente no montante orçamentário disponível para executar os projetos esportivos. Hoje, não se conhece, em valores, qual seria um orçamento ideal para realização de todas as atividades esportivas necessárias para os estudantes universitários que contemplem esporte, lazer e treinamento.

Com o objetivo de se ter um panorama geral sobre este tema foi perguntado aos gestores qual é o orçamento atual que eles detêm anualmente para este fim. Somente 4 IES afirmaram ter uma previsão de orçamento que variou de R\$150.000,00 à R\$600.000,00. Das outras duas IES uma não possui nenhum orçamento e a outra depende das ações que serão realizadas sendo necessária uma aprovação prévia.

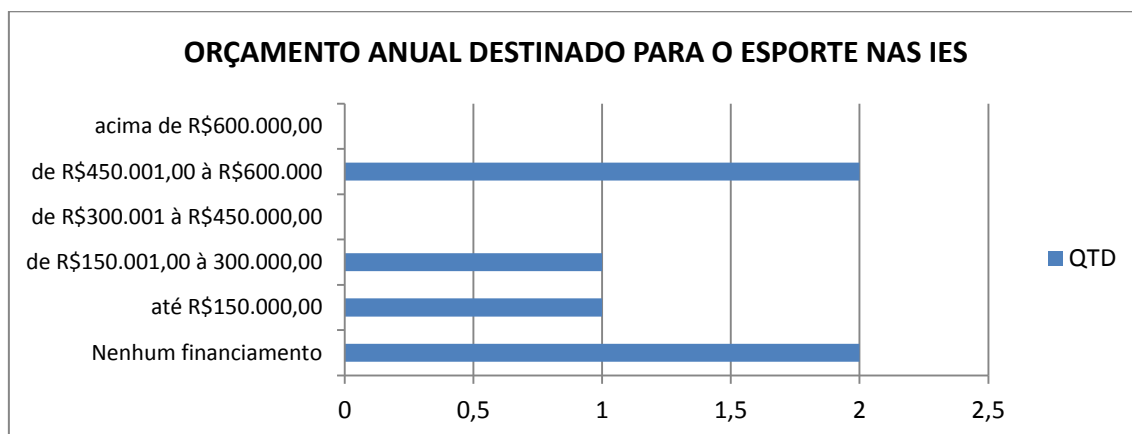


Gráfico 11: Quantidade de IES de acordo com seu orçamento anual relatado na pesquisa

Um mecanismo para aumentar o financiamento das atividades esportivas nas IES é a utilização de Leis de Incentivo para o Esporte tanto do governo federal quanto dos governos estaduais. Entretanto, das 6 IES pesquisadas até o momento, nenhuma utiliza quaisquer Leis de Incentivo, para financiar seus projetos. Este dado corrobora com a utilização dessas leis a nível nacional. Segundo o Portal Brasil (2016), dos R\$400 milhões disponíveis pela Lei de Incentivo ao Esporte no ano de 2016, foram captados cerca de 250 milhões. Entende-se que ainda existe um enorme potencial de arrecadação para essa lei.

PARTE 04: PROJETOS ESPORTIVOS DESENVOLVIDOS

Nesta parte da descrição dos resultados foi realizado um levantamento de todas as ações desenvolvidas referente à prática de esportes nas IES (finalidade dos projetos, público alvo, modalidades atendidas, competições que participa e filiação da respectiva federação estadual). Com base neste levantamento poderemos ter uma referência geral das atividades realizadas e se existe uma congruência nas ações entre as IES.

Cada IES possui um conjunto de projetos esportivos realizados que certamente sofrem um pouco da influência da região em que a mesma se localiza. Desta forma a heterogeneidade dos projetos desenvolvidos é um ponto a se destacar que demonstra a influência dos aspectos culturais sobre o esporte no Brasil. Segue abaixo uma relação das respostas categorizadas dos projetos realizados em cada universidade por ordem do mais citado para o menos citado (quadro 15):

LISTA DE PROJETOS DESENVOLVIDOS CITADOS PELAS IES	
PROJETOS	CATEGORIAS
1. Equipes de Treinamento Esportivo (4)	Rendimento
2. Jogos Internos (2)	Rendimento
3. Gestão, apoio e assessoria esportiva para as AAA (2)	Capacitação-gestão
4. Atividades de Lazer (2)	Participação
5. Participação em competições estaduais e nacionais (2)	Rendimento
6. Corrida de rua (2)	Participação
7. Atividades esportivas não competitivas (1)	Participação
8. Acompanhamento fisioterápico para atletas (1)	Saúde-prevenção
9. Oferta de disciplinas práticas para os cursos de graduação/atividade complementar (1)	Educacional
10. Bolsa Atleta (1)	Rendimento
11. Passeio ciclístico (1)	Participação

Quadro 15: Lista de projetos desenvolvidos pelas IES pesquisadas e suas categorias (o tamanho da letra no quadro varia de acordo com a quantidade de repetições dos projetos)

Cada projeto citado pelos gestores encaixa-se em uma categoria relacionada a sua forma de ação. As formas de ação encontradas foram: Participação (4), Rendimento (3), Educacional (1), Saúde-Prevenção (1) e Capacitação-gestão (1). Cada uma dessas formas de ação mostra o perfil dos projetos aplicados na IES.

Segundo Colaço e Fleck (2009), o esporte nas universidades deve ser inserido como prestação de serviços, desenvolvendo práticas tanto recreativas quanto competitivas para os alunos. Portanto, além de serem desenvolvidas como uma forma de lazer, as ações esportivas na universidade podem ser vistas como uma atuação semi-profissional dos atletas. Isso dá em virtude da concessão de bolsas de estudos e de assistência estudantil (bolsa-atleta)

Dentre as categorias de projetos apresentadas, a mais frequente é a de projetos com caráter de Esporte-participação. Entretanto, apesar de um número maior de projetos deste perfil, 83% (n=5) das IES afirmaram que os projetos de Esporte-desempenho são maioria dentro de seu calendário esportivo anual e apenas 17% (n=1) focam suas atividades em Esporte-participação. Isso mostra que existe uma demanda maior para a realização de treinamentos, competições internas/externas bem como a disponibilização de bolsa-atleta.

A existência de bolsa que exija mérito desportivo é ressaltada por Velos (2005) como um fator importante para aumentar a competitividade entre os atletas, no caso de limitação de bolsas a atribuir. As bolsas seriam assim uma forma de retribuição aos trabalhos prestados pelos atletas ao representarem a IES.

Esta demanda maior para a prática de atividades voltadas para Esporte-desempenho reflete na relação da IES com as FUE's e na participação em eventos estaduais, regionais e nacionais. De acordo com os dados coletados, 100% das IES pesquisadas são filiadas a sua FUE's e participam de eventos esportivos oficiais tradicionais do calendário esportivo da CBDU. As competições citadas pelos gestores foram: classificatórias para o JUB's (etapas estaduais), JUB's (fase nacional), LDU (fase estadual, regional e nacional). Entretanto, além dos torneios universitários oficiais, 50% das IES estudadas afirmaram participar de competições não-universitárias representando sua cidade em evento estaduais e regionais.

No Brasil, um fator que pode colaborar para que exista nas IES Públicas um desempenho aquém do esperado nas competições universitárias é em virtude do foco na formação de atletas estarem baseado nos clubes. Nesta lógica o desporto escolar fica enfraquecido atingindo assim os níveis técnicos e de desempenho do desporto universitário.

Concomitante a este fato, merece destaque as modalidades mais praticadas nas IES. Como era esperado, as modalidades tradicionais de quadra (Vôlei, Basquete, Futsal e Handebol) são unanimidade nas IES. Algumas surpresas apareceram em menor

número em virtude da influência regional, tais como: Vôlei de Praia, Tênis e Corfebol. Outra modalidade que merece destaque, por não ser tradicional no país, mas que está em amplo crescimento é o Rugby, que foi citada por 4 IES, como ilustrado no gráfico abaixo.

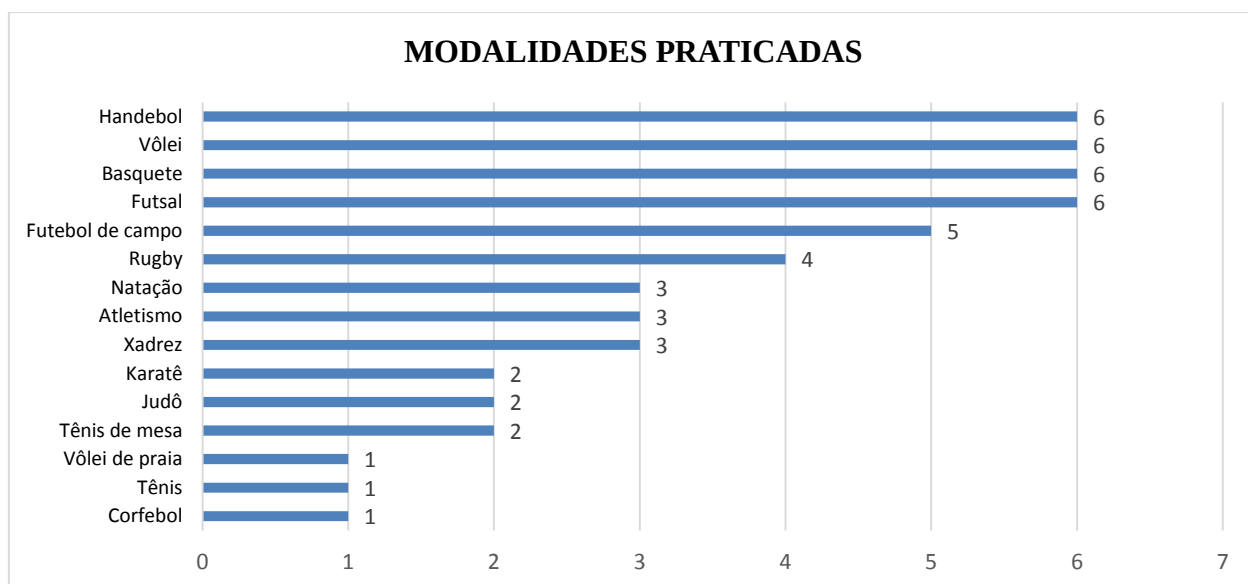


Gráfico 12: Modalidades praticadas pelas IES pesquisadas

A seguir serão apresentadas as considerações finais onde serão apresentados 16 itens que servirão como modelo para o aprimoramento da gestão pública no Brasil.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando um melhor entendimento dos dados coletados será apresentado abaixo uma síntese de cada parte apresentada no capítulo anterior. A coleta em uma quantidade maior de IES por região poderá dar maior embasamento para as hipóteses afirmadas até o momento.

PARTE 01	INFORMAÇÕES SOBRE A UFES E ESTRUTURA FÍSICA
2.1	O campus principal das IES estudadas localizam-se nas capitais.
2.2	As IES estudadas são multicampi
2.3	A maioria são consideradas grandes universidades com mais de 20000 alunos em média e cerca de 60 cursos de graduação
2.4	A maioria dos gestores afirma ter uma estrutura relativamente adequada para a execução dos projetos
2.5	A conservação dos espaços físicos esportivos tende a ser boa
2.6	Existe pouca disponibilidade de acesso dos espaços físicos
PARTE 02	CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DO ESPORTE NA IES
3.1	Não existe um padrão nos modelos de gestão
3.2	Existe uma diversidade na nomenclatura dos setores
3.3	Diversos papéis que definem o esporte universitário nas IES: Assistência Estudantil e Extensão
3.4	Os coordenadores possuem cargos de confiança indicados pelas pró-reitorias
3.5	Pouca relevância dada para os 6 principais fatores para um bom planejamento das ações
PARTE 03	VERBAS E FORMAS DE FINANCIAMENTO PARA O ESPORTE
4.1	As principais fontes de recursos variam entre as IES
4.2	Valores orçamentários bem distintos
4.3	Duas IES não possuem nenhum tipo de verba para este fim
4.4	Nenhuma IES utiliza as Leis de Incentivo ao Esporte como fontes alternativas de recursos
PARTE 04	PROJETOS ESPORTIVOS DESENVOLVIDOS
5.1	Entres os projetos citados a maioria é considerada como esporte-participação
5.2	Os projetos mais relevantes são voltados para esporte-rendimento
5.3	Todas as IES pesquisadas são filiadas em sua respectiva FUES
5.4	Todas as IES estudadas participam de eventos esportivos do calendário CBDU
5.5	As modalidades tradicionais de quadra são praticadas em todas as IES pesquisadas
5.6	Algumas modalidades são praticadas em certas IES devido a influência regional
5.7	O Rugby aparece como uma modalidade em amplo crescimento dentro do meio universitário.

Quadro 16: Síntese das respostas apresentadas

Os objetivos propostos foram atingidos ao final da coleta de dados e o instrumento mostrou-se eficiente na recolha dos mesmos. Após a discussão dos resultados foi possível realizar um diagnóstico geral do esporte universitário nas IES

públicas do Brasil e, enfim, propor mudanças que sirvam de base para um cenário promissor no futuro.

Portanto, segue abaixo uma análise de 16 pontos primordiais, identificados nesta pesquisa, para se realizar uma mudança de postura das gestões do esporte nas universidades. Para cada ponto apresento a situação atual com metas em curto prazo e finalizando com propostas definitivas. Todas as sugestões listadas abaixo são embasadas pela revisão de literatura, dados coletados pelo instrumento desta pesquisa e experiência do autor na gestão do esporte universitário.

1. Papel do gestor;
2. Função do gestor;
3. Escolaridade do gestor;
4. Formação acadêmica;
5. Quantidade de espaço físico;
6. Disponibilidade de espaço físico;
7. Especificação de espaço físico;
8. Modelos de gestão;
9. Nomenclatura dada ao setor;
10. Definição de esporte universitário na IES;
11. Incentivo ao associativismo estudantil;
12. Tomada de decisões, controle e avaliação;
13. Fontes de recursos financeiros;
14. Projetos desenvolvidos;
15. Participação em eventos e Filiação FUE's;
16. Eventos esportivos oficiais.

1) Papel do gestor

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA - DEFINITIVA
O cargo dos gestores esportivos das IES varia entre discente, técnico administrativo (nível médio), técnico em desporto (nível superior) e docente. Essa variação é prejudicial e se deve aos diferentes tipos de gestão encontrados nas IES.	→ Encaminhar ao MEC uma proposta única de equipe de trabalho para compor o setor de esporte e lazer da IES que contenha pelo menos 1 técnico em desporto (Nível E) com o auxílio de técnicos administrativos (Nível D). A coordenação ficaria a cargo de docentes da instituição neste primeiro momento.	→ Institucionalizar de forma concreta o esporte na universidade com um grupo de trabalho formado por no mínimo 3 técnicos em desporto com auxílio de técnicos administrativos para coordenar cada um as três áreas de atuação do esporte (participação, rendimento e educacional). A gerência ficaria agora sob responsabilidade de um servidor do setor pois a presença de um docente deve ser apenas colaborativa por meio de parcerias. O docente divide suas atenções com as atividades acadêmicas

Quadro 17: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: "Papel do gestor".

2) Função do gestor

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA - DEFINITIVA
Percebe-se pela fala dos gestores que suas principais funções estão envolvidas em coordenar projetos e fazer gestão de pessoas.	→ Além de coordenar projeto e fazer a gestão de pessoas o responsável pelo setor deve agir junto à administração superior na busca por novas formas de financiamento.	→ Coordenar projetos, gestão de pessoas, buscar novas formas de fomento e inserir a inovação e publicidade para promover as ações realizadas visando a divulgação da marca da IES, item este pouco lembrado pelos gestores públicos.

Quadro 18: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: “Função do gestor”.

3) Escolaridade do Gestor

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA - DEFINITIVA
Não existe um padrão no nível de escolaridade.	→ Exigir que no grupo de trabalho tivesse pelo menos um servidor de nível superior completo e os demais, pelo menos ensino médio completo.	→ O grupo de trabalho do setor de esporte e lazer das IES deve ter somente servidores com curso superior completo.

Quadro 19: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: “Escolaridade do gestor”.

4) Formação Acadêmica

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA - DEFINITIVA
Não existe um padrão para a formação acadêmica dos gestores	→ Exigir que no grupo de trabalho tivesse pelo menos um servidor de nível superior completo em Educação Física e os demais pelo menos ensino médio completo.	→ O grupo de trabalho do setor de esporte e lazer das IES deve ter somente servidores com curso superior completo (educação física, administração, publicidade etc) com especialização em gestão esportiva.

Quadro 20: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: “Formação acadêmica”.

5) Quantidade de Espaços Físicos

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA - DEFINITIVA
Quantidade satisfatória de espaços físicos destinados à prática esportiva na maioria das IES estudadas, entretanto, priorizando esportes de quadra tradicionais.	→ Buscar a consolidação de espaços existente para que sejam adaptados à utilização de outros esportes como lutas, xadrez, dança etc.	→ Exigir junto ao MEC a inclusão das áreas esportivas como ponto de avaliação no ranking das IES Após essa ação, será possível buscar a construção de espaços multi-usos para contemplar modalidades individuais como lutas, xadrez, dança etc.

Quadro 21: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: “Quantidade de espaços físicos”.

6) Disponibilidade de espaços físicos

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA - DEFINITIVA
Apesar de encontrarmos nas IES uma quantidade considerada aceitável no número de espaços para a prática de esporte existe pouca disponibilidade em virtude da ordem de prioridade de disponibilização dos espaços: graduação, pesquisa, extensão e assistência estudantil.	→ Aprovar regimento interno de criação e normatização de um Centro Esportivo Universitário com horários definidos para cada modalidade de atividade. Isso minimizaria a competição por horários.	→ Consolidação de espaços próprios para a graduação e pós-graduação aliados à construção de um Centro Esportivo Universitário visando atender as demandas da Extensão e Assistência Estudantil.

Quadro 22: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: “Disponibilidade de espaços físicos”.

7) Especificações dos espaços físicos

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA - DEFINITIVA
Diversos espaços criados exclusivamente para aulas de graduação com dimensões reduzidas (quadras menores que 20x40, piscinas com menos de 25m, pistas de atletismo com medidas não oficiais etc) impossibilitando assim treinamentos de qualidade e realização de eventos oficiais	→ Elaborar projetos e captação de recursos para reformas ou construções de espaços que possibilitem receber treinamentos de qualidade e competições de alto nível.	→ Elaborar projetos e captação de recursos para reformas ou construções de espaços que possibilitem receber treinamentos de qualidade e competições de alto nível.

Quadro 23: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: “Especificações dos espaços físicos”.

8) Modelos de gestão

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA - DEFINITIVA
Não existe um modelo de gestão esportiva dentro das IES públicas no Brasil. Encontramos três modelos diferentes que influenciam na condução das atividades, conquista de financiamento e resultados de equipes esportivas. São eles gestão discente, institucional e mista.	→ O melhor modelo para iniciar a gestão e se ter respaldo da administração geral e dos alunos da universidade seria o modelo institucional, ou seja, um setor com servidores lotados na área de esporte e lazer conduziram atividades esportivas.	→ Após a constituição do setor de esportes com profissionais capacitados, a administração investiria e apoiaria junto a seus alunos o associativismo estudantil. Portanto, desta forma, as A.A.A ganhariam força e respeito para que pudessem exercer sua função de fomentadores e divulgadores das atividades dentro dos cursos que representam. Desta forma a IES passaria a exercer uma gestão institucional mista e democrática

Quadro 24: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: “Modelos de gestão”.

9) Nomenclatura dada ao setor

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA – DEFINITIVA
Encontramos diversas nomenclaturas dadas aos setores que vão desde uma entidade estudantil, formada por meio de estatuto, até coordenadorias e diretorias oficializadas ou não no organograma da IES.	→ Inserir o setor designado para a gestão do esporte no organograma oficial da IES como coordenadoria, de forma com que esta esteja inserida dentro da Pro-reitoria de assuntos estudantis ou comunitários.	→ Após a consolidação da mesma como um setor institucional (coordenadoria) deve lutar para que esta seja transformada em diretoria por se tratar de uma temática que abrange diversas funcionalidades, como: Gestão de pessoas, gestão de espaço físico, coordenação de projetos de esporte, lazer e atividade física. Enfim, como diretoria o setor poderia ser abarcado por diversos setores e assim criar um organograma próprio de sua importância com profissionais capacitados para cada área.

Quadro 25: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: “Nomenclatura dada ao setor”.

10) Definição do esporte universitário na IES

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA – DEFINITIVA
Os resultados mostram que ainda não existe uma definição exata de onde o esporte universitário está inserido e qual a sua definição dentro das IES. Entretanto, em todos estes setores os gestores principais ou coordenadores são nomeados e possuem um cargo de confiança.	→ Definir junto aos conselhos superiores da universidade a inserção do setor de esportes na pasta de ASSUNTOS ESTUDANTIS em virtude desta temática encontrar-se entre os eixos contemplados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	→ Definir junto aos conselhos superiores da universidade a inserção do setor de esportes na pasta de ASSUNTOS ESTUDANTIS em virtude desta temática encontrar-se entre os eixos contemplados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

Quadro 26: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: “Definição do esporte universitário na IES”.

11) Incentivo ao associativismo estudantil

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA – DEFINITIVA
Metade das Instituições pesquisadas na possuem incentivo ao associativismo estudantil, nem mesmo aquelas que deixam a responsabilidade da gestão do esporte para as AAA's. Hoje as instituições não investem neste tipo de entidade estudantil que é um símbolo de aprendizagem em liderança, gestão de equipes, coordenação de eventos, qualidades estar importantíssimas para o mercado de trabalho.	→ Apoiar as AAA's existentes por meio de disponibilização de espaço físico, materiais esportivos e capacitações para regulamentar a existência das entidades: atualizar estatutos, atas de eleições, regularização de CNPJ etc. Vale lembrar que estas entidades representam cursos da mesma unidade acadêmica e possuem o papel de divulgar e fomentar e fiscalizar as atividades de esporte e lazer desenvolvidos pelo setor responsável	→ Incentivar a criação de novas AAA's após a consolidação das entidades existentes. Dessa forma estará formada uma rede de apoio às propostas realizadas pelas instituições normatizando a responsabilidade dos alunos dentro dos cursos que representa. Isso facilita o trabalho da Coordenação de Esportes na divulgação e no fomento de projetos dentro dos curso podendo chegar à criação de um conselho deliberativos das ações esportivas.

Quadro 27: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: “Incentivo ao associativismo estudantil”.

12) Tomada de decisões, controle e avaliação

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA – DEFINITIVA
As tomadas de decisões são feitas de forma particular de acordo com a vontade dos	→ Após o fomento ao associativismo estudantil deve-se investir na criação de um	→ Após a criação de um conselho deliberativo que incentive a tomada de decisões de forma

gestores sem um controle do que é feito ou avaliação dos resultados. A falta de um conselho deliberativo, regimento interno e avaliações deixam as ações a mercê das vontades alheias. Isso provoca a realização de projetos de curto prazo que são realizados de acordo com a vontade de quem está no comando.	conselho onde todas as AAA's tenham assento, além dos gestores e docentes parceiros, para que as propostas planejadas sejam direcionadas para os anseios dos participantes. E este mesmo conselho fique responsável pela avaliação das ações realizadas.	democrática é importante lutar para que o esporte universitário tenha cadeira nos conselhos superiores da universidade participando ativamente das decisões não só do esporte mas da vida acadêmica.
---	--	--

Quadro 28: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: "Tomada de decisões, controle e avaliação".

13) Fontes de recursos financeiros

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA – DEFINITIVA
Metade das Instituições utiliza verbas advindas do PNAES, enquanto que as outras IES utilizam verbas próprias, dependentes da vontade da administração superior, ou parcerias com a iniciativa privada.	→ Adequar à verba recebida do PNAES para que seja destinada 5% da mesma para as ações esportivas, inclusive para aquelas instituições que não a utilizam.	→ Continuar utilizando 5% da verba do PNAES para as ações esportivas associadas com a utilização da Lei de Incentivo ao Esporte e Programa Segundo Tempo Universitário do governo federal. Essas duas leis de incentivo devem ser foco do trabalho dos gestores por dar maior liberdade para os gastos.

Quadro 29: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: "Fontes de recursos financeiros".

14) Projetos Esportivos desenvolvidos

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA – DEFINITIVA
De acordo com os resultados, hoje existe uma maioria de projetos desenvolvidos pelo setor de o esportes voltados para a esporte-participação. Entretanto, a maioria das instituições afirmaram dar um foco maior para os projetos esportivos voltados para a performance e o desempenho. Apenas um projeto voltado para a parte educacional foi citado.	→ Buscar realizar uma pesquisa para que as ações atendam as demandas dos alunos. É preciso ter um equilíbrio entre ações de participação (atividades de lazer), rendimento (competições e equipes de treinamento) e educação (palestras e mesas redondas).	→ Colocar em prática o planejamento estratégico de acordo com a pesquisa realizada para que as ações atendam as demandas dos alunos.

Quadro 30: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: "Projetos Esportivos desenvolvidos".

15) Participação em eventos e Filiação nas FUE's

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA – DEFINITIVA
Todas as IES participam de eventos do calendário esportivo universitário oficial e são filiadas as FUE's.	→ As IES devem participar de eventos do calendário esportivo universitário oficial e serem filiadas as FUE's.	→ As IES devem participar de eventos do calendário esportivo universitário oficial e serem filiadas as FUE's.

Quadro 31: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: "Participação em eventos e Filiação nas FUE's".

16) Eventos esportivos oficiais

SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA - CURTO PRAZO	PROPOSTA – DEFINITIVA
Eventos esportivos oficiais das FUE's e da CBDU acontecem sem separar os diferentes tipos de instituições (Público e Privada) causando assim um diferença gritante, nos eventos nacionais, de desempenho entre as instituições.	→ Criação de torneios que separem as diferentes Categorias Administrativas definidas pelo MEC possibilitando assim um maior nivelamento do desempenho das equipes. Caso não seja possível esta saída, criar regulamentação para a inscrição de atletas nas IES Privadas, exigindo por exemplo, um tempo maior de matrícula na instituição.	→ Criação de torneios que separem as diferentes Categorias Administrativas definidas pelo MEC possibilitando assim um maior nivelamento do desempenho das equipes, para que, ao final dos torneios os campeões possam se enfrentar em uma final única.

Quadro 31: Panorama atual, proposta em curto prazo e definitivas para a reestruturação do esporte universitário, tópico: "Participação em eventos e Filiação nas FUE's".

O que se pode notar, portanto que a gestão do esporte nas universidades federais encontra-se desamparada de apoio e políticas públicas. Várias ações isoladas e de sucesso acontecem em todo o Brasil, entretanto, existem diversos exemplos de instituições que não levam a sério esse nicho esportivo.

Pequenas ações e mudanças de postura tanto das administrações de cada IES como do Ministério do Esporte, do Ministério da Educação e da CBDU podem gerar uma profissionalização do setor, competições com níveis adequados de desempenho, maior apoio aos atletas, maior atenção da mídia e maior financiamento do governo e de empresas privadas.

Finalizo, portanto, esta pesquisa, afirmando que todos os objetivos foram cumpridos e que os resultados obtidos poderão servir de base para que qualquer IES possa melhorar a gestão do seu esporte universitário e em longo prazo contribuir também para a criação de uma política pública para o esporte universitário nas Instituições Públicas Federais.

9. REFERÊNCIAS

ALVES, J.A.; PIERANTI, O. P. O estado e a formulação de uma política nacional de esportes no Brasil. ERA-eletrônica, v. 6, nº 1, jan/jun. 2007.

AVILA, D. O. El deporte universitario en el ambito de la UFRGS. Monografia (Especialização em Educação Física e Esportes) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

AZEVEDO, J. R. C. Desporto Universitário: Um estudo de caso na Universidade Federal do Acre. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2008.

BARBOSA, C. G. Liderança na gestão do esporte universitário: proposta da criação de uma rede de dados. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias). Instituto de Biociências, UNESP, Rio Claro, São Paulo. 2014.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático.** 1ª edição. Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 2002.

BRASIL, Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Presidência da República, Brasília. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em 25 de julho de 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013. Presidência da República. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7984.htm> . Acesso em 10 de agosto de 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 80.228 de 25 de agosto de 1977. Presidência da República, Brasília. Regulamenta a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D80228.htm>. Acesso em 15 de julho de 2016.

BRASIL. Lei no 10.264, de 16 de julho de 2001. Presidência da República. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm> . Acesso em 30 de Julho de 2016.

BRASIL. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Presidência da República. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

BRASIL. Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Presidência da República. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2016.

BRASIL. Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993 (Lei Zico). Presidência da República, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8672.htm>. Acesso em 2 de junho de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé). Presidência da República, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm>. Acesso em 3 de junho de 2016.

CBDU. Jogos Universitários Brasileiros 2016. Disponível em: <<http://www.cbdu.org.br/cbdu/evento/36/jubs-2016>>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

COLAÇO, C. P. FLECK, L. A. Estratégias do desporto universitário: um estudo de caso sobre o desporto em universidades portuguesas. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. Vol.9, n.2, pp.68-75, 2009.

E-MEC. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**, 2016. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 11 de Jan. de 2016.

ENSSLIN, L., VIANNA, W. B. O design na pesquisa quali-quantitativa em engenharia de produção – questões epistemológicas. **Revista Produção**. Vol. 8, Nº. 1, 2008. Disponível em <<http://www.producaoonline.org.br/rpo>>. Acesso em 10 de maio de 2013.

FERREIRA, R. L. Políticas para o esporte de alto rendimento. Estudo comparativo de alguns sistemas esportivos nacionais visando um contributo para o brasil. XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace) e o II Congresso Internacional de Ciências do Esporte (Conic). Comunicação Oral. Pernambuco. 2007

FISU. International University Sports Federation. FISU History. 2013. Disponível em: <<http://www.fisu.net/en/FISU-homepage-3137.html>>. Acesso em: 20 de Jun. 2016

FRAGOSO S.; RECUERO R.; AMARAL A. **Métodos de pesquisa para internet**. 1ª edição. Editora Sulina, Porto Alegre, 2011.

FRANCO, M. L. P B. **Ensino Médio: desafios e reflexões**. Campinas, Editora Papirus, 1994.

GERHARDT T. E.; SILVEIRA D. T.. Métodos de Pesquisa. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2009

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª Edição, São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, A. B. Políticas públicas de incentivo ao esporte universitário e de alto rendimento no Brasil: reflexões e comparações. Dissertação de mestrado. Universidade Del Norte, Assunção, Paraguai. 2013.

GOMES, F. P., ARAÚJO, F. M. Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo. **Seminários em Administração, FEA-USP**, São Paulo, 2005.

JANUÁRIO, C. F., SARMENTO, J; P;, CARVALHO, M. J. Políticas públicas desportivas: “desporto para todos” vs “desporto de elite”. *Revista Portuguesa de Ciência do Desporto*, edição 10, p. 31-48, Portugal, 2009.

MACHADO, A. A., ZANETTI, M. C., MOIOLI, A. O Corpo, o desenvolvimento humano e as tecnologias. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.17 n.4, p.728-737, out./dez. 2011.

MADEIRA, A. M. De que forma os preceitos da qualidade total podem contribuir para o desenvolvimento do desporto no estado do Espírito Santo? 10º Mestrado em Gestão Desportiva. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Trabalho da disciplina de liderança e Qualidade. Porto, Portugal, 2009

MANCEBO, D. DO VALE, A. A. MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*. Volume 20, nº. 60. 2015

MANDARINO, J. D. et al. Esporte e marketing nas IES: o caso dos gestores participantes das olimpíadas universitárias. *SALUSVITA*, Bauru, v. 32, n. 1, p. 63-85, 2013.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999.

MAZZEI, L. C.; BASTOS, F. C. **Gestão do esporte no Brasil**: desafios e perspectivas. 1ª edição, Ícone Editora, São Paulo, 2012.

MEC. Programa Nacional de Assistência Estudantil, PNAES. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>>. Acesso em 30 de agosto de 2016.

PORTAL BRASIL. Câmara dos Deputados aprova maior prazo para a Lei de Incentivo ao Esporte. Disponível em <<http://homologa.brasil.gov.br/esporte/2016/11/camara-dos-deputados-aprova-maior-prazo-para-a-lei-de-incentivo-ao-esporte>>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Lei de incentivo ao esporte, LIE. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte>>. Acesso em 01 de setembro de 2016.

NOGUEIRA, M. D. P. Políticas de extensão universitária. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo, Editora Pioneira, 1997.

PARENTE, F. M. S. Oferta e procura desportiva dos estudantes do ensino superior - Estudo Realizado com os alunos do 1o ano da Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado em estudos da criança. Universidade do Minho, Minho, 2011.

PINTO, V. et al. Netnografia: uma abordagem para estudos de usuários no ciberespaço. **Actas: Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, Vol. 1, nº. 9, 2007.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização*. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REZENDE, J.R. Organização e administração no esporte. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

RIOS, S. M. D. G. Gestão do desporto universitário: Relatório de estágio profissionalizante no Centro de Desporto da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Gestão Desportiva. Universidade do Porto, Portugal, 2015.

ROCHA C. M.; BASTOS F. C. Gestão do esporte: definindo a área. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.25, p.91-103, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1807-5509&lng=en>. Acesso em: 15 Abr. 2016.

SARMENTO, J. P. Desporto no ensino superior público. Desporto Universitário, Porto. Associação dos Estudantes, 2002.

SILVA, H. et al. Relação entre a oferta e a procura desportiva na Universidade do Minho. Atas do VIII SIEFLAS (Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde). S. Luís: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Brasil, 2012.

SORIANO, F. A bola não entra por acaso: estratégias inovadoras de gestão inspiradas no mundo do futebol. Ed. Larousse do Brasil. São Paulo. 2010.

STAREPRAVO F. A.; REIS L. J. A.; MEZZADRI F. M.; MARCHI JÚNIOR W. O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva. *Revista Esporte e Sociedade*. ano 5, n.14. 2010

THOMAS, J. R., NELSON J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3ª edição. São Paulo. Editora Artmed. 2002.

TOLEDO, R. **Gestão do esporte universitário**: uma importante estratégia de marketing para as universidades. 1ª edição. São Paulo. Editora Aleph, 2006.

VELOSO, T. Projecto de desenvolvimento do desporto universitário de competição, exemplo a Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Gestão Desportiva. Universidade do Porto, Portugal, 2005.

10. ANEXOS

ANEXO 01 – APRESENTAÇÃO PARA ANÁLISE DO INVENTÁRIO IMGP-EU

INVENTÁRIO DE MAPEAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA - ESPORTE UNIVERSITÁRIO (IMGP-EU)

APRESENTAÇÃO

Este documento é um primeiro esboço referente a criação de um instrumento de coleta de dados, que será desenvolvido e aplicado no âmbito de uma tese de Doutorado do Programa de Desenvolvimento Humano e Tecnologias da UNESP de Rio Claro/SP intitulada: A GESTÃO PÚBLICA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO: desenvolvimento de uma abordagem netnográfica.

Após os procedimentos de criação, análise e avaliação deste instrumento, este deverá ser aplicado nas Instituições de Ensino Superior (IES) Pública do Brasil, mais precisamente Universidades Federais, com diversos eixos temáticos contemplando informações sobre a unidade institucional.

OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa são: a) identificar e analisar a estrutura funcional de todas as IES quanto à organização no campo das ações de gestão do esporte universitário; b) descrever um mapa de estratégias e serviços referentes a um plano de desenvolvimento do esporte universitário brasileiro; c) quantificar o desempenho das IES no cenário esportivo universitário oficial, ligado a Confederação Brasileira de Desporto Universitário; d) mapear o uso dos recursos institucionais para o esporte universitário em todas as IES a partir das diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

MÉTODO E APLICAÇÃO

Esta é uma pesquisa de caráter descritivo e as informações serão coletadas usando o método Netnográfico, por meio de ferramentas vinculadas à redes sociais. O instrumento será criado e aplicado por meio da plataforma Google Drive ®.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, o esporte universitário no Brasil é considerado um nicho de altíssimo potencial de crescimento, porém, abarcado por dificuldades na sua gestão e também pela pouca visibilidade tanto de agentes financiadores quanto de pesquisas científicas sobre esta área. A necessidade de se conhecer as características das IES e desenvolver uma política pública que direcionem as ações esportivas para as universidades podem trazer ações concretas e servir de base para a criação de uma política pública para o esporte universitário.

PROCEDIMENTOS PARA A CRIAÇÃO

FASE	ATIVIDADES	CRONOGRAMA
1	Definição dos Principais Eixos Temáticos que podem servir de “variáveis chaves” para detecção da estrutura funcional do instrumento. Construção do primeiro esboço do instrumento.	Fevereiro / 2016
2	Envio do primeiro esboço do IMGP-EU para os professores especialistas da área.	Abril / 2016
3	Pré-teste a ser realizado em uma universidade a ser definida	Junho / 2016
4	Análise dos dados do pré-teste e avaliação da eficácia do instrumento	Junho / 2016
5	Aplicação dos instrumentos em 4 IES para análise preliminar	Julho / 2016
6	Exame de qualificação para apresentação dos dados coletados preliminarmente.	2017

EIXOS TEMÁTICOS

Esta primeira versão possui um total de 62 perguntas (abertas e fechadas), em geral contendo a alternativa “outros”, com caráter exploratório divididas em 6 EIXOS TEMÁTICOS:

EIXOS TEMÁTICOS	CONTEÚDOS CENTRAIS	QTD DE QUESTÕES
1. INFORMAÇÕES SOBRE O GESTOR RESPONSÁVEL	▪ Perfil do gestor esportivo ▪ Experiência e formação acadêmica	10
2. INFORMAÇÕES SOBRE A UFES	▪ Localidade ▪ Quantidade de alunos ▪ Quantidade de cursos ▪ Quantidade de campus	08
3. CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DO ESPORTE NA UFES	▪ Modelo de gestão ▪ Características do setor responsável ▪ Recursos Humanos ▪ Publicidade ▪ Avaliação ▪ Associativismo Estudantil	16
4. ESTRUTURA FÍSICA PARA A PRÁTICA ESPORTIVA	▪ Quantidade de estrutura física ▪ Nível de estrutura física ▪ Disponibilidade dos espaços físicos	05
5. VERBAS E FORMAS DE FINANCIAMENTO PARA O ESPORTE	▪ Fontes de financiamento ▪ Bolsas para atletas (mérito esportivo) ▪ Estimativa de orçamento anual para esporte	07
6. PROJETOS ESPORTIVOS DESENVOLVIDOS	▪ Projetos desenvolvidos ▪ Expectativa de público atendido ▪ Principais modalidades praticadas ▪ Filiações a federações ▪ Avaliações e teste físicos ▪ Incentivo a equipes não federada ▪ Reconhecimento a nível estadual e nacional	16

Qualquer tipo de sugestão, comentário, complementação sobre os itens e/ou eixos temáticos será de extrema importância para um bom andamento da pesquisa, enfim, qualquer observação feita pelo senhor será de grande valia para a construção deste instrumento.

Segue abaixo a primeira versão do instrumento para apreciação do grupo de professores.

Cordialmente

Prof. Me. Cláudio Gomes Barbosa

*ANEXO 02 – VERSÃO FINAL DO INVENTÁRIO IMGP-EU***INVENTÁRIO DE MAPEAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA - ESPORTE
UNIVERSITÁRIO (IMGP-EU)****1) INFORMAÇÕES SOBRE O GESTOR RESPONSÁVEL**

1. Qual seu nome?
2. Qual seu papel na instituição?
 - a. Estudante (graduação)
 - b. Estudante (pós-graduação)
 - c. Técnico administrativo (Nível médio)
 - d. Técnico em Desporto (nível superior)
 - e. Docente
 - f. Outro:
3. Descreva, de forma objetiva, quais suas principais funções na gestão do esporte em sua instituição?
4. Qual seu nível de escolaridade?
 - a. Ensino médio completo
 - b. Ensino superior incompleto
 - c. Ensino superior completo
 - d. Mestrado
 - e. Doutorado
 - f. Outro:
5. Qual a sua formação acadêmica?
 - a. Não possuo ensino superior
 - b. Educação Física
 - c. Administração
 - d. Medicina
 - e. Fisioterapia
 - f. Engenharia
 - g. Outro:
6. Possui alguma especialização em Gestão Esportiva?
 - a. Não
 - b. Sim
7. Qual a sua idade até o final de 2016?
8. Qual seu sexo?
 - a. Masculino
 - b. Feminino
9. Quanto tempo faz que você assumiu o cargo de coordenador de esporte em sua UFES?
 - a. Menos de 1 ano

- b. Entre 1 e 2 anos
 - c. Entre 2 e 5 anos
 - d. Mais de 5 anos
10. Tem mais alguma informação que considera importante acrescentar sobre você e seu cargo?

2) INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE AS UFES
--

1. Qual o nome completo de sua UFES?
2. Qual a sigla oficial de sua UFES?
3. Cidade que o campus principal da UFES está sediado?
4. Estado que o campus principal da UFES está sediado?
5. Assinale a opção que define aproximadamente a quantidade de ALUNOS de graduação em sua UFES:
 - a. Menos de 5000 alunos
 - b. Entre 5.000 e 10.000 alunos
 - c. Entre 10.000 e 15.000 alunos
 - d. Entre 15.000 e 20.000 alunos
 - e. Entre 20.000 e 25.000 alunos
 - f. Mais de 25.000 alunos
 - g. Não sei
6. Assinale a opção que define aproximadamente a quantidade de CURSOS de graduação em sua UFES:
 - a. Menos de 20 cursos
 - b. Entre 20 e 30 cursos
 - c. Entre 30 e 40 cursos
 - d. Entre 40 e 50 cursos
 - e. Entre 50 e 60 cursos
 - f. Mais de 60 cursos
 - g. Não sei
7. Como a sua UFES se organiza com relação a distribuição de campi?
 - a. Unicampi e a unidade é situada na região metropolitana
 - b. Unicampi e a unidade é situada no interior
 - c. Unicampi e a unidade é situada na região rural
 - d. Multicampi
8. Tem mais alguma informação que considera importante acrescentar sua UFES e o nível de Desporto Universitário em sua região?

3) CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DO ESPORTE NAS UFES

1. Qual o modelo de gestão do esporte em sua UFES?

- a. Discente (responsabilidade de Associações Atléticas Acadêmicas - AAA)
 - b. Institucional (responsabilidade de um setor institucionalizado da UFES)
 - c. Misto (responsabilidade de um setor da UFES que gerencia diversas AAA)
 - d. Outro:
2. O órgão/setor responsável pela gestão do esporte em sua UFES é: *
 - a. Pró-reitoria
 - b. Coordenadoria
 - c. Secretaria
 - d. Diretoria
 - e. Liga de Atléticas
 - f. Outro:
3. Seu setor está ligado a qual Pró-reitoria ou Faculdade?: *
4. O gestor responsável pelos projetos de esportes para os universitários da UFES:
 - a. Possui mandato eletivo
 - b. É nomeado cargo de confiança)
 - c. Outro:
5. O esporte universitário em sua UFES é considerado:
 - a. Extensão
 - b. Assistência Estudantil
 - c. Outro:
6. A sua UFES incentiva o Associativismo dos Estudantes por meio da criação de Associações Atléticas Acadêmicas?
 - a. Não
 - b. Sim
 - c. Não sei
7. O setor responsável pela gestão do esporte possui mecanismos de deliberação e regulamentação sobre os projetos esportivos na UFES?
 - a. Não
 - b. Sim
 - c. Não sei
8. O setor responsável pela gestão do esporte possui conselho participativo próprio (deliberativo/consultivo)?
 - a. Não
 - b. Sim
 - c. Não sei
9. O setor responsável pela gestão do esporte possui regimento?
 - a. Não
 - b. Sim
 - c. Não sei

10. O setor responsável pela gestão do esporte possui política de assistência estudantil institucional regulamentada?
 - a. Não
 - b. Sim
 - c. Não sei
11. O setor responsável pela gestão do esporte possui assento nos conselhos superiores:
 - a. Não
 - b. Sim
 - c. Não sei
12. Existe uma política de avaliação e nível de satisfação por parte dos alunos referente aos projetos realizados em sua instituição?
 - a. Não
 - b. Sim
 - c. Não sei
13. Se sim, de que forma é feita esta avaliação?
14. Existe uma preocupação com a publicidade das ações e da marca da UFES por meio dos resultados obtidos pelo esporte?
 - a. Não
 - b. Sim
 - c. Não sei
15. Você acredita que o reconhecimento da comunidade externa, por meio de publicidade e mídias, de resultados obtidos no esporte universitário por sua instituição pode ser um motivo para a escolha de sua UFES por alunos que prestam os processos de ingresso ao ensino superior?
 - a. Não
 - b. Sim
 - c. Não sei
16. Possui mais alguma informação sobre a gestão do esporte em sua IES que acha conveniente deixar registrado?

4) ESTRUTURA FÍSICA PARA A PRÁTICA ESPORTIVA

1. Existe uma estrutura física própria para desenvolvimento das atividades esportivas destinadas aos universitários?
 - a. Sim
 - b. Não
2. Se sim, descreva de forma detalhada a estrutura física disponível para a execução dos projetos esportivos de sua UFES (modalidades, quantidade de espaços, características etc):
3. Como você considera a disponibilidade de infraestrutura física para esporte na sua UFES:
 - a. Excelente
 - b. Bom
 - c. Ruim

- d. Péssimo
- 4. Como você considera o estado de conservação da infraestrutura física para esporte na sua UFES:
 - a. Excelente
 - b. Bom
 - c. Ruim
 - d. Péssimo
- 5. Gostaria de descrever mais alguma informação sobre a estrutura física para a prática de esporte de sua IES?

5) VERBAS E FORMAS DE FINANCIAMENTO PARA O ESPORTE

- 1. Qual a principal fonte de recursos das ações referentes ao Esporte Universitário em sua IES?
 - a. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)
 - b. Com recursos próprios da Universidade
 - c. Da parceria com a iniciativa privada
 - d. Não sei
 - e. Outro:
- 2. Sua instituição oferece bolsa de auxílio financeiro específica para os atletas (bolsa de mérito esportivo)?
 - a. Não
 - b. Sim
- 3. Se sim, de que forma ela é disponibilizada para os alunos?
 - a. Por meio da análise da situação sócio-econômica do atleta
 - b. Vinculado ao desempenho dentro do esporte (mérito)
 - c. Outro:
- 4. Qual o orçamento aproximado do total gasto com esporte universitário em sua instituição?
- 5. Você busca financiamento por meio de leis de incentivo ao esporte nas esferas estadual ou federal?
 - a. Sim
 - b. Não
- 6. Se sim, quais?
- 7. Existe mais alguma informação que queira complementar sobre verbas e formas de financiamento?

6) PROJETOS ESPORTIVOS DESENVOLVIDOS

- 1. Existe uma política estruturada de esporte e lazer associada à assistência estudantil na sua instituição?
 - a. Não
 - b. Sim
 - c. Não sei
- 2. Descreva quais são os principais projetos esportivos desenvolvidos pela sua UFES?

3. Como você avalia o NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO do Desporto Universitário em sua região?
 - a. Péssimo
 - b. Ruim
 - c. Bom
 - d. Ótimo
4. Como você avalia o NÍVEL TÉCNICO dos atletas do Desporto Universitário em sua região?
 - a. Péssimo
 - b. Ruim
 - c. Bom
 - d. Ótimo
5. Os projetos de esporte realizados em sua IES conseguem atender, em sua maioria:
 - a. Atividades de esporte de desempenho (treinamento e competições)
 - b. Atividades de esporte de participação
 - c. Atividades de lazer
6. Quais modalidades esportivas são fomentadas pelo seu setor?
 - a. Futebol de campo
 - b. Futsal
 - c. Basquete
 - d. Vôlei
 - e. Handebol
 - f. Xadrez
 - g. Atletismo
 - h. Natação
 - i. Rugby
 - j. Outro:
7. A sua IES é filiada a Federação Esportiva Universitária de seu estado?
 - a. Não
 - b. Sim
8. As Equipes esportivas de sua IES participam de competições esportivas universitárias?
 - a. Não
 - b. Sim
9. Se sim, quais competições participa?
10. Como você avalia as principais competições esportivas universitárias de nível ESTADUAL?
 - a. Excelente
 - b. Bom
 - c. Ruim
 - d. Péssima
11. Como você avalia as principais competições esportivas universitárias de nível NACIONAL?
 - a. Excelente
 - b. Bom

- c. Ruim
 - d. Péssima
12. Para você, qual o maior problema das competições esportivas universitárias disponíveis a nível estadual e/ou nacional?
13. As Equipes esportivas de sua IES participam de competições esportivas não-universitárias?
- a. Não
 - b. Sim
14. Se sim, quais competições participa?
15. Qual o maior problema enfrentado por você como gestor para desenvolver atividades esportivas e propiciar o desenvolvimento de atletas em sua IES?
16. Existe algo que queira complementar sobre os projetos esportivos desenvolvidos em sua IES?